

EDITORA AUTORES ASSOCIADOS LTDA.

Uma editora educativa a serviço da cultura brasileira

Av. Albino J. B. de Oliveira, 901

Barão Geraldo – CEP 13084-008

Campinas-SP – Pabx/Fax: (19) 3289-5930

e-mail: editora@autoresassociados.com.br

Catálogo on-line: www.autoresassociados.com.br

Conselho Editorial "Prof. Casemiro dos Reis Filho"

Bernardete A. Gatti

Carlos Roberto Jamil Cury

Derneval Saviani

Gilberta S. de M. Jannuzzi

Maria Aparecida Motta

Walter E. Garcia

Diretor Executivo

Flávio Baldy dos Reis

Coordenadora Editorial

Érica Bombardi

Assistente Editorial

Aline Marques

Revisão

Ruth Joffily

Diagramação e Composição

DPG LTDA.

Capa

Criação e Letraute

Milton José de Almeida

Arte-Final

Vlad Camargo

Érica Bombardi

Impressão e Acabamento

Gráfica Paym

Carmen Soares

EDUCAÇÃO FÍSICA

Raízes Européias e Brasil

4ª EDIÇÃO

Coleção Educação Contemporânea

**AUTORES
ASSOCIADOS**



**EEFE - USP
BIBLIOTECA**

16248

todo Francês, sob o título de "Regulamento Geral de Educação Física" lapud MARINHO, s.d.-b, p. 571.

O anteprojeto em questão recebeu severas críticas da Associação Brasileira de Educação (ABE), que desde a sua fundação, em 1924, dedicava especial atenção à Educação Física, possuindo em sua estrutura organizacional um Departamento de Educação Física e Higiene (CANTARINO FILHO, 1982, p. 92).

As críticas da ABE foram dirigidas tanto ao órgão burocrático do governo, considerado incapaz de "resolver um problema educativo nacional", quanto às finalidades e inconvenientes de transplan- tar para o Brasil um sistema estrangeiro de ginástica, tornando-o obrigatório.

CAPÍTULO • TRÊS

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

SAÚDE, HIGIENE, RAÇA E MORAL

1. CONSTRUINDO UM BRASIL NOVO: A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO INSTRUMENTO DA ORDEM

A Educação Física no Brasil se confunde em muitos momentos de sua história com as instituições médicas e militares.

Em diferentes momentos, estas instituições definem o caminho da Educação Física, delimitam o seu espaço e delimitam o seu campo de conhecimento, tornando-a um valioso instrumento de ação e de intervenção na realidade educacional e social, ao longo do período de que aqui tratamos: 1850-1930.

Neste trabalho, as instituições médicas foram privilegiadas e o discurso médico higienista, ouvido, pois acreditamos poder encontrar, nessas instituições e no seu discurso¹, elementos que nos auxiliem na compreensão de uma Educação Física como sinônimo de

1. Segundo Nicolau Sevcenko (1989, pp. 19-20), "[as] potencialidades do homem só fluem sobre a realidade através das fissuras abertas pelas palavras. Falar, nomear, conhecer, transmitir, esse conjunto de atos se formaliza e se reproduz incessantemente por meio da fixação de uma regularidade subjacente a toda ordem social: o discurso. A palavra organizada em discurso incorpora em si, desse modo, toda a sorte de hierarquias e enquadramentos de valor intrínsecos às estruturas sociais de que emanam. Daí porque o discurso se articula em função de regras e formas convencionais, cuja contravenção esbarra em resistências firmes e imediatas".

saúde física e mental, como promotora de saúde, como regeneradora da raça, das virtudes e da moral.

A partir de conhecimentos e de teorias gestadas no mundo europeu, os médicos desenharam um outro modelo para a sociedade brasileira e contribuíram para a construção de uma nova ordem econômica, política e social. Nesta nova ordem, na qual os médicos higienistas têm ocupado lugar destacado, também colocava-se a necessidade de construir, para o Brasil, um novo homem, sem o qual a nova sociedade idealizada não se tornaria realidade.

O pensamento médico higienista, como pudemos observar ao longo deste trabalho, construiu um discurso normativo, disciplinador e moral. A abordagem positivista de ciência² e a moral burguesa estiveram na base de suas propostas de disciplinamento dos corpos, dos hábitos e da vida dos indivíduos. Tudo em nome da saúde, da paz e da harmonia social... em nome da civilização!

É evidente que não compartilhamos da concepção maniqueísta que supõe estarem os médicos higienistas pensando, a todo momento, uma nova tática de intervenção na realidade social a serviço do Estado, no sentido de auxiliá-lo a exercer de modo mais pleno e eficaz o seu poder e/ou chegar ao consenso. São inegáveis os avanços que as descobertas científicas, particularmente o progresso científico da higiene, ocorridos ao longo do período analisado, tiveram na contenção das doenças, das epidemias e do grande índice de mortalidade. Conforme assinala Jurandir Freire Costa (1983, p. 32),

[Não] se trata de negar ou desvalorizar a importância destes fatos. O que importa é notar que a própria eficiência científica da higiene funcionou como auxiliar na política de transformação dos indivíduos em função das razões de Estado. Foi porque a medicina era, de fato, empírica e conceitualmente científica que sua ação política foi mais operante. Diante de um saber colonial, estruturado em noções médi-

2. Sobre o processo de hegemonização do positivismo na formação dos médicos brasileiros, ver M. T. Luz, *Medicina e ordem política brasileira*, 1982, especialmente a segunda parte, intitulada "Instituições médicas do século XIX aos anos 20: os projetos de medicina social e saúde pública".

cas dos séculos XVI, XVII e XVIII, pré-experimentais e em sua quase totalidade filosóficas e especulativas, a higiene surgiu arrasadora e com convicção. No entanto, é preciso sublinhar que sua força foi impulsionada pelo interesse político do Estado na saúde da população. No caso brasileiro esta evidência é incontestável. O Estado brasileiro que nasce com a abdicação é o moto-propulsor do súbito prestígio da higiene. A atividade médica coincidia e reforçava a solidez de seu poder, por isso recebeu seu apelo.

Apoiada pelo poder do Estado que "medicaliza suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas" (idem, p. 29), a medicina social, em sua vertente higienista, vai influenciar e condicionar de modo decisivo a Educação Física, a educação escolar em geral e toda a sociedade brasileira.

Expressão dessa influência pode ser apreendida através do pensamento pedagógico brasileiro, veiculado por autores representativos deste pensamento, tais como Rui Barbosa e Fernando Azevedo, por meio de publicações, discursos e conferências. Estes autores revelam estreita e orgânica vinculação de seus discursos pedagógicos aos discursos médico-higienistas. Quanto à Educação Física, particularmente a escolar, privilegiavam em suas propostas pedagógicas aquela de base anatomofisiológica retrada do interior do pensamento médico higienista. Consideram-na um valioso componente curricular com acentuado caráter higiénico, eugénico e moral, caráter este desenvolvido segundo os pressupostos da moralidade sanitária, que se instaura no Brasil a partir da segunda metade do século XIX.

Essa moralidade sanitária, em cujo interior está presente uma Educação Física higiénica, eugénica e moral, teve um longo processo de desenvolvimento no Brasil até, de fato, instaurar-se com o advento da República, significando o "novo", o "científico" e expressando, desse modo, traços da modernidade que por ela são trazidos; suas origens, porém, são coloniais.

É no Brasil colonial que as questões relativas à saúde, à higiene, ao corpo dos indivíduos, começam a fazer parte das preocupações das elites dirigentes. E o local de atuação definido pela higiene, naquele momento, foi a família de elite.

Não interessava ao Estado modificar o padrão familiar dos escravos que deveriam continuar obedecendo ao código punitivo de sempre. Os escravos, juntamente com os desclassificados de todo tipo, serão trazidos à cena como aliados na luta contra a rebelião familiar. Escravos, mendigos, loucos, vagabundos, ciganos, capoeiras etc. servirão de anti-norma, de casos-limite de infração higiénica. A eles vão ser dedicadas outras políticas médicas. Foi sobre as elites que a medicina fez incidir sua Política familiar, criticando a família colonial nos seus crimes contra a saúde (idem, p. 33).

Uma "política familiar", entabulada pelos médicos higienistas, poderia ser justificada. As precárias condições de saúde dos adultos e os altos índices de mortalidade infantil eram indicadores suficientes.

Foi, portanto, para viabilizar de modo mais eficaz sua "política familiar" e, através dela, desenvolver "ações pedagógicas" na sociedade que os higienistas se valeram também da chamada ginástica. Com ela julgavam poder responder à necessidade de uma construção anatómica que pudesse representar a classe dominante e a raça branca, atribuindo-lhe superioridade.

Esta opção reforçou e incentivou o racismo e os preconceitos a ele ligados, contribuindo para a manutenção dos pólos de exploração de uma formação social escravista, que, conforme assinala Octavio Ianni (1988, pp. 27-28), estão, organizados

de maneira a produzir e reproduzir ou criar e recriar, o escravo e o senhor, a mais-valia-absoluta, a cultura do senhor (da casa grande), a cultura do escravo (da senzala), as técnicas de controle, repressão e tortura, as doutrinas jurídicas, religiosas ou de cunho darwinista sobre as desigualdades raciais e outros elementos [...].

No que se refere às desigualdades raciais, devemos acentuar o papel desempenhado pela ciência, que, por meio de comparações e generalizações absolutamente descontextualizadas, "comprovava" a superioridade da raça branca em relação à raça negra, assim como do homem em relação à mulher.

As pesquisas que foram desenvolvidas no continente europeu, e por nós já tratadas no capítulo I deste trabalho, contribuíram de modo significativo para cristalizar esta visão na sociedade, reforçando, desse modo, a hegemonia burguesa.

No Brasil, por volta da segunda década do século XIX, já em momento posterior à conquista da independência, é desencadeado um vigoroso projeto de eugeniação da população brasileira. Este projeto se coloca como possibilidade de alteração de um quadro no qual a metade da população do Brasil era constituída de escravos negros, índice que permanece até por volta de 1850, quando, para uma população de 5.520.000 pessoas livres, encontram-se 2.500.000 negros³.

Tornava-se necessário, para as elites das colônias, neste quadro populacional, acentuar o caráter "irracional", "bárbaro" e "primitivo" dos negros, reforçar a idéia de sua inferioridade, configurá-los como ameaça.

Geradas no panorama do mercantilismo europeu, as colônias do Novo Mundo, baseadas no trabalho escravo, foram, segundo Octávio Ianni "influenciadas e mesmo determinadas (em graus e variáveis, é certo) pelas exigências da reprodução do capital europeu, primeiramente o mercantil e em seguida o industrial" (1988, p. 32).

A independência de muitas colônias (como é o caso do Brasil) e a posterior emancipação dos escravos são processos que respondem, por um lado, às determinações expansionistas do capitalismo europeu, particularmente o inglês, e, por outro, ao aumento das contradições internas entre uma formação social escravista em decadência e uma formação social capitalista em ascensão, que, no caso do Brasil "foi se constituindo [...] por dentro e por sobre a formação social escravista" (idem, p. 41).

3. "Em 1872 os escravos eram 1.510.000, ao passo que os livres totalizavam 8.601.255. No ano da abolição, em 1888, a população escrava estava em cerca de 500.000, mas a população livre continua a crescer de forma acelerada devido à intensificação da imigração européia nas últimas décadas do século XIX. Em 1890, a população total do Brasil alcançava um pouco mais de 14 milhões de pessoas." (Ianni, 1988, p. 44.) Ver também Calo Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, 1987.

E é dentro do quadro das contradições internas destas duas formações sociais que podemos situar a política populacionista do Estado Nacional, na qual se insere o controle familiar postulado pelos higienistas. Tal política tinha por meta estabelecer um equilíbrio de forças entre a população branca e a população negra, desenvolvendo, na primeira, através de uma apurada "educação", elementos de identificação racial e social com a elite dirigente branca.

Havia de um lado a necessidade de garantia da procriação e, de outro, como consequência, o melhoramento da geração atual. Para tal, a "apurada educação das elites" pensada pelos higienistas deveria associar a educação física à educação sexual, transformando homens e mulheres em reprodutores potenciais e, ao mesmo tempo, vigilantes da pureza de sua própria raça.

A educação física é então valorizada pelas elites dirigentes e figura em publicações que tratam de questões de saúde em geral, de moral ou de educação⁴.

Escritas em sua grande maioria por médicos, estas obras buscavam conferir "cientificidade" à Educação Física, reforçando a sua importância na obtenção de uma vida mais longa e mais "feliz".

É possível afirmar que os trabalhos escritos por médicos sobre o tema Educação Física foram importantes canais de veiculação de algo bem mais amplo, foram, por assim dizer, veículos de divulgação daquilo que poderíamos chamar de "pedagogia da boa higiene". Essas obras imiscuiram-se na intimidade das famílias, e, em nome de uma educação física, moral, sexual, intelectual e social, ditaram normas de vida, referindo-se à conduta de mulheres e homens, aos cuidados com os recém-nascidos, ao asseio, aos banhos, aos exercícios físicos, chegando até à vestimenta e aos hábitos alimentares.

Que alvo tinha em mira esta "pedagogia higiênica" no Brasil? Este alvo foi a família de elite agrária, num primeiro momento, e a família burguesa citadina, num segundo momento. Com a população em geral, a higiene só irá começar a preocupar-se no ocaso do Império. Desse momento em diante, o discurso normativo e disci-

4. Sobre as publicações acerca desta temática, ver Marinho, s.d.-b.

plinador da higiene se estenderá a toda a população, ou seja, quando o trabalho assalariado se torna predominante.

As razões de escolha deste alvo eram óbvias, já que eram as famílias de elite que geravam os "filhos da pátria", ou seja, os quadros do governo. Além do que, assimilando a educação higiênica, a própria elite se encarregaria de veiculá-la ao conjunto da população.

Segundo Jurandir Freire Costa, os higienistas passaram a considerar que a família de elite era incapaz de criar os seus filhos e de cuidar dos adultos. Mais especificamente, a partir da terceira década do século passado, começaram a ser mais incisivos nestas afirmações, propondo até que as crianças fossem retiradas o mais cedo possível do ambiente familiar, tão nocivo para os "benéficos esforços da higiene" (1983, p. 2).

Assim, entre a família e a criança são colocados os interesses veiculados pelos médicos e os interesses médicos que são assumidos pelo Estado. A natureza da criança e a representação das suas características físicas, morais e sociais, são transformadas.

Qual o produto dessa pedagogia higienizada, aplicada por sucessivas gerações? Segundo Jurandir Freire Costa, esse produto é o típico indivíduo urbano de nosso tempo.

Indivíduo física e sexualmente obcecado pelo seu corpo; moral e sentimentalmente centrado em sua dor e seu prazer; socialmente racista e burguês em suas crenças e condutas; finalmente, politicamente convicto de que da disciplina repressiva de sua vida depende a grandeza e o progresso do Estado brasileiro [idem, p. 214].

Mas quem formaria este típico indivíduo urbano? Que instituição poderia contribuir para acentuar seus traços característicos absolutamente necessários à construção da ordem? Qual conteúdo deveria ser ensinado?

Para responder a estas questões, torna-se necessário fazer referência à estrutura educacional no Brasil, particularmente aos Colégios, locais onde eram educadas as elites.

Lá é possível perceber o enquadramento do corpo dos indivíduos de elite num espaço disciplinar determinado pela educação física, a qual incluía, entre os cuidados higiênicos, o exercício fisi-

co. O enquadramento disciplinar do corpo dos indivíduos passava a ser visto pelos médicos higienistas como um fator capital na transformação social.

F. F. Padilha, em 1853, traduz com muita propriedade o pensamento médico higienista sobre a importância da ginástica na educação física dos indivíduos:

O benefício e a utilidade comuns são o objetivo principal da ginástica: a prática de todas as virtudes sociais, de todos os sacrifícios mais difíceis e generosos são os seus meios; e a saúde, o prolongamento da espécie humana; o aumento da força e a riqueza individual e pública são seus resultados positivos (apud Costa, 1983, p. 179).

Essa educação física, que incluía os exercícios físicos sob a forma de ginástica, pensada pelos médicos, só poderia ser desenvolvida a contento, se os Colégios que lhe reservavam espaço considerável fossem reorganizados. Eles não poderiam ser um prolongamento da desordem familiar e, muito menos ainda, o espaço de reprodução das idéias dos pais sobre a educação de seus filhos. Aquelas idéias eram absolutamente nocivas, conforme observa o médico Joaquim José de Oliveira Maíra, em tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1855. Para ele, os Colégios deveriam ser contrários às idéias educacionais dos pais, porque estes desejam ser contrários às idéias educacionais dos pais, do o paladar o mais importante; exigem leituras confortáveis, macios e o excesso de agasalhos; temem pela fadiga dos filhos, se submetidos a passeios longos nos quais a exposição ao sol e/ou à chuva seria inevitável; por fim, negam a exercitação ginástica, temendo possíveis acidentes (J. J. de Oliveira Maíra apud Costa, 1983, p. 172).

Ora, era exatamente o contrário o que pensavam os médicos. A higiene protegia os Colégios da influência nefasta familiar para construir o indivíduo rijo e saudável.

Embora os Colégios fossem pensados como o espaço ideal para a construção do novo homem e da nova sociedade, ainda não eram concretamente, pois faltava-lhes, sobretudo, um compromisso com os problemas relativos à unidade nacional, uma vez que foram cria-

dos com o espírito regionalista, que, na abdicação, foi a tendência majoritária.

A tendência regionalista consegue expressiva vitória através do Ato Adicional de 1834, que deixava ao encargo das Assembleias Provinciais a responsabilidade de regular a instrução primária e a secundária, cabendo à administração nacional somente o ensino superior (Costa, 1983, p. 180).

Com essa estrutura voltada, então, exclusivamente aos interesses provinciais e locais, os Colégios (que não eram mantidos pelo poder público) não ofereciam condições adequadas para educar as elites.

Some-se ainda o fato de que seus diretores, representantes das correntes políticas regionalistas que criaram os Colégios, não se sentiam comprometidos com a formação da consciência pela unidade nacional. Estavam atentos somente aos seus próprios interesses, ou, quando muito, àqueles das famílias de seus alunos. Havia uma espécie de "lacuna cívica" que

permitiu e apoiou a invasão higiénica na educação [...] e a higiene [então] propôs-se a suprir as deficiências políticas dos diretores, ditando as regras de formação do corpo sadio do adulto e da consciência nacionalista (idem, p. 181).

Desse modo, gradativamente, os Colégios foram deixando de ser o espaço dos interesses locais e provinciais, que reproduzia a desordem familiar, para se tornarem o "espaço da ordem", conforme expressão de J. F. Costa. Neste sentido, o pensamento médico passou a ditar, meticulosamente, os procedimentos dos Colégios desde o desenho de sua arquitetura até o conteúdo curricular.

Tempo e espaço, conteúdo e forma foram pensados. O estudo, o descanso, o exercício físico, a alimentação... tudo passou a ser regulado, controlado e vigiado, e a utilização "ótima" do tempo passou a ser determinante na metodologia utilizada. Tornava-se importante não deixar margem à ociosidade pois o "ócio [induz] à vagabundagem, à capoeiragem e aos vícios prejudiciais ao desenvolvimento físico e moral" (idem, ibidem).

Quanto ao lazer, este só passou a existir nos Colégios como recompensa do trabalho, sendo que a higiene procurou dar-lhe um

novo conceito. Exigiu que a recreação fosse também formativa; que fosse estimulo ao corpo e ao espírito; que influísse na escolha adequada e "correta" das brincadeiras, dos exercícios e do entretenimento (idem, p. 183). Vinculou o tempo de recreação ao tempo de trabalho, fazendo deste o seu oponente necessário, ao mesmo tempo em que disseminou a idéia da recreação como capaz de recuperar as forças que o trabalho exigiu.

Higiene física e mental, então, passou a ser sinônimo de lazer, e o ócio passou a ser obrigatório, porém, é claro, devidamente disciplinado, uma vez que só poderiam dele usufruir aqueles que, de fato, trabalhassem (idem, p. 184).

Segundo J. F. Costa, esta "moral do lazer" correspondia a uma súbita valorização do trabalho que começava a despontar na sociedade brasileira, valorização esta que procurava incutir nas crianças e jovens uma "dimensão utilitária do tempo". Perder tempo era o mesmo que perder forças, energia.

Encontramos aqui elementos bastante evidentes de inculcação de valores característicos do universo urbano capitalista.

É nesse ideário – que inclui uma súbita valorização do trabalho e no qual está contida uma ênfase aos valores tipicamente urbanos – que vamos encontrar indícios de uma renovação cultural da sociedade brasileira.

2. A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DAS ELITES: UM DISTINTIVO DE CLASSE

A chegada da corte portuguesa dá início a um processo de renovação cultural, colocando novas necessidades para a sociedade brasileira como, por exemplo, a escola e a vida nas cidades. Até a chegada da corte, tanto a escola quanto as cidades não despertavam interesse ou preocupação por parte das famílias da elite nativa. Foi, portanto, a partir daquele momento que cidade e escola passaram a pontuar o universo de preocupações das elites.

A cidade passa a constituir-se em espaço de preocupações, pois transforma-se em local de grandes investimentos outrora aplicados no tráfico de escravos. A proibição do tráfico, em 1850, medida in-

ternacional que visa atender aos interesses do capital, desencadeia um processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. A modernização das lavouras de café pelo investimento de capitais outrora aplicados no tráfico, bem como o aparecimento e a instalação das primeiras indústrias no país, são algumas das profundas mudanças ocorridas na sociedade brasileira.

A abolição do tráfico de escravos africanos desencadeia um conjunto de processos renovadores, lançando o país num período de prosperidade e de grande impulso de sua vida econômica. São fundadas inúmeras empresas industriais, bancos, caixas econômicas, caixas de seguros, de mineração, de transporte urbano, de gás, bem como estradas de ferro. Este era um novo momento para o Brasil, um Brasil que nascia para as atividades financeiras e onde um capitalismo incipiente dava seus primeiros e modestos passos⁵.

São essas mudanças estruturais da sociedade brasileira, acompanhadas de uma renovação cultural de influência europeia trazida da corte, que tornavam a cidade o centro privilegiado dos acontecimentos. Era lá que estavam os empreendimentos modernos, as fábricas, as indústrias, as atividades financeiras.

Para entender este universo urbano, sempre mais complexo e mais valorizado, colocava-se a necessidade da escola. Impunha-se, assim, às elites um determinado tipo de educação – uma educação em que disciplina, tempo e ordem eram elementos fundamentais.

Neste conjunto – disciplina-tempo-ordem – em que se fundamenta a educação das elites (educação a ser ministrada pelos Colégios), ganha espaço a Educação Física, uma vez que o físico disciplinado era uma exigência da nova ordem em formação. Disciplinar o físico, portanto, era o mesmo que disciplinar o espírito, a moral e, assim, contribuir para a construção daquela nova ordem.

Conforme afirmações dos médicos higienistas, a disciplina do físico seria apenas um instrumento, e a Educação Física passaria então a constituir-se em elemento de extrema validade para colocar em prática o processo disciplinar dos corpos.

5. Sobre o assunto consultar, entre outros, Calo Prado Jr., 1987, pp. 192-193.

Vejam os como isso é possível a partir de um aspecto considerado pelos médicos como básico para o desenvolvimento dessa "Educação Física" das elites: a separação por idade e por sexo⁶.

Segundo a argumentação médica para o cumprimento desta regra considerada básica, toda e qualquer prescrição de exercícios físicos dar-se-ia sempre em função das características sexuais e da faixa etária das crianças. O único modo comum a todas, de exercitar o corpo, seria a ginástica, observando-se apenas as variações de intensidade e complexidade em relação às características citadas. É conveniente assinalar que a definição de ginástica – "uma série de movimentos simples e combinados, dispostos em uma certa ordem, e próprios para fazerem desenvolver, gradualmente, as partes de que se compõe o nosso organismo" (J. B. de Andrade Jr. apud Costa, 1983, p. 185) – era aquela formulada pelos franceses, particularmente o trabalho desenvolvido por Amoros e por nós já tratado no capítulo II deste trabalho.

A ginástica podia ser comum a todos dada a sua definição genérica e utilitária; ela era como que um trabalho de base. Entretanto, para o completo trabalho de educação do corpo, eram necessários também exercícios específicos. Exercícios que pudessem desenvolver os órgãos dos sentidos, que pudessem atender aos preceitos da elegância e, portanto, variar entre os sexos. Canto, declamação, plano eram indicados para as meninas; salto, carreira, natação, equitação e esgrima, para os meninos; e dança, para meninos e meninas.

Das atitudes respeitadas que comunicavam para o corpo ao fortalecimento morfofuncional, passando pelos lições ao espírito, os exercícios físicos eram aclamados em suas intermináveis vantagens pelos médicos, que faziam apelo aos mais variados argumentos para justificar a necessidade e a importância da educação do corpo. Assim, "gregos, romanos, celtas, gauleses, germanos e mil outros povos reputados cultos, heróicos e guerreiros eram chamados como testemunhas do valor do cultivo do corpo (Costa, 1983, p. 185).

6. A separação por sexo para o desenvolvimento da Educação Física na escola permaneceu conforme a esta legislação específica, o decreto 69.450/71. Título II, Da caracterização dos objetivos, parágrafo 1º do art. 3º, até a promulgação da nova LDB 9.394/96.

O excessivo valor atribuído aos exercícios físicos pelos médicos teve funções muito particulares e importantes no processo de transformação da sociedade e de formação das elites, num primeiro momento, assim como para a "educação" da população em geral, num segundo momento. Através de conhecimentos específicos, ortundos da biologia, da anatomia e da fisiologia, os médicos higienistas conseguiram argumentos suficientes para creditar em suas palavras e ações a confiança necessária das famílias de elite, ou seja, do Estado. Cada medida tomada, cada proposta executada, tudo repercutia na estrutura daquela nova sociedade em desenvolvimento.

O exercício físico era, objetivamente, mais um valioso canal para a medicalização da sociedade. Era necessário adequá-lo, discriminá-lo por idade e por sexo, atendendo, assim, exclusivamente ao reconhecimento da existência das diferenças biológicas das crianças. Quem detinha o conhecimento sobre estas diferentes capacidades biológicas das crianças, senão os médicos? Ora, se eram os médicos que detinham aquele saber, somente eles poderiam prescrever mais este remédio: o exercício físico, com todas as suas particularidades e para todos os corpos particulares.

A adequação dos exercícios às particularidades dos corpos servia de modelo à adequação dos conhecimentos intelectuais e da educação moral respectivamente ao intelecto e ao espírito. Da mesma forma que os exercícios violentos ou excessivos prejudicavam a criança, também os choques morais ou o esforço intelectual exorbitante sacrificavam sua boa evolução.

Paralelamente, criava-se nela o hábito de aprender a olhar, admirar e domesticar o corpo próprio desde cedo. O ginasta infantil não precisava de professor do corpo, quando adulto. Ele mesmo cuidaria com desvelo de todas suas faltas e excessos, ele mesmo saberia cultivar com carinho sua anatomia e reclamar do meio ambiente quando as condições ideais para este cultivo viessem a lhe faltar (idem, p. 186).

Na verdade, o exercício físico, dimensionado devidamente, acentuava em certa medida posturas narcisistas e individualistas nas

crianças e nos jovens de elite, exacerbando-lhes as preocupações com a saúde física. Some-se ainda as finalidades pretendidas com os exercícios físicos de tipo específico, os quais forneciam o distintivo de classe burguês tais como: a natação, a esgrima, a equitação, o canto, a dança e o piano.

Conforme observa J. F. Costa, fazer crer que estes exercícios eram benéficos ao desenvolvimento físico, foi a maneira de tornar conformes à natureza os sinais de classe da burguesia. A educação higiénica, mediante essa manobra, procurava fazer com que as crianças aprendessem a retirar do comportamento social burguês benefícios físicos.

O dispositivo normalizador da higiene oferece, neste caso, uma amostra exemplar de seu funcionamento. Os indivíduos são levados a compactuar com a ordem dominante extraindo prazer da servidão (idem, p. 37).

E a educação, particularmente a escolar, constitui espaço privilegiado de veiculação destes valores e normas de "bem viver". A influência exercida pelos médicos no pensamento e na prática educacional brasileira, de fato, foi marcante e acentuou-se ao longo de todo o século XIX, para tornar-se determinante nas primeiras décadas do século XX.

A educação higiénica das elites, valendo-se da Educação Física, pode ditar as normas do "comportamento saudável" e, através dele, inculcar valores de urbanidade, racismo, superioridade masculina, entre outros. Pode, também, desenvolver nas elites o gosto pelo trabalho físico, diferenciado de trabalho físico produtivo, acenando a Educação Física (e com ela a "recreação formativa") como o descanso merecido, como o contraponto necessário ao "estafante trabalho intelectual", este sim considerado digno.

Quanto à educação do povo, os elevados índices de analfabetismo constituem indicadores do descaso das elites para com aquela significativa parcela da população⁷.

7. Conforme registra José Murilo de Carvalho (1981, pp. 64-65), o índice de analfabetismo da população escrava em 1872 atingia 99,9%, sendo o número de

3. A EDUCAÇÃO DAS ELITES, A EDUCAÇÃO DO POVO E O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Durante o Império, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, a escola elementar ainda era restrita aos filhos das elites. Ainda não se haviam estabelecido as bases de organização e construção de uma escola secundária que buscasse objetivos não exclusivamente direcionados para a preparação ao ingresso no ensino superior. Todavia, mesmo nestas condições, eclode um debate em torno da orientação curricular mais adequada, e as formas educacionais que se sucedem buscam expressar as duas orientações presentes naquele debate: a orientação literária e a científica⁸.

Cabe ressaltar que ambas as orientações eram sensíveis à necessidade da Educação Física, porém, a sua incorporação no ensino regular não ocorreu de forma tranquila. Nem sempre os argumentos médicos foram suficientes para romper com os preconceitos que ainda cercavam a Educação Física, que era julgada imoral, especialmente no que diz respeito a sua aplicação às mulheres.

Entretanto, se de um lado existiam aqueles que a consideravam imoral para as mulheres, de um outro, vamos encontrar aqueles que a defendiam por julgá-la necessária. Estes afirmavam que o corpo feminino devia ser fortalecido pela "ginástica" adequada ao seu sexo e às peculiaridades femininas, pois era a mulher que geraria os filhos da pátria, o bom soldado e o elegante e civilizado cidadão.

Em que pesem as vozes favoráveis e os argumentos "científicos", muitos legisladores, temerosos das resistências, já antepunham em seus projetos educacionais e nas leis que os regulamentam as restrições feitas às mulheres no que se refere à ginástica. Na província do Amazonas, por exemplo, no ano de 1852, seu presidente, Toureiro Aranha, expede um regulamento para a instrução pública

alunos matriculados em escolas primárias e secundárias muito baixo. "De acordo com o censo de 1872, somente 16,85% da população entre 6 e 15 anos frequentava a escola. E havia menos de 12.000 alunos matriculados nas escolas secundárias numa população livre de 8.490.910 habitantes."

8. Sobre o assunto consultar Machado, 1989; Ribeiro, 1981; Paiva, 1973; Almeida, 1989.

primária no qual determina que, embora a educação física e moral seja ministrada nas escolas, compoendo os currículos como matéria de ensino, "as meninas não farão exercícios gímásticos" (Primitivo Moacyr apud MARINHO, s.d.-b, p. 24).

O Império é um período pródigo em formulações legais sobre a Educação Física nas escolas⁹, abarcando proibições e liberações bastante distintas. Especialmente a partir de 1850, as preocupações com a educação das elites (no sentido utilizado por Locke) se acentuam, e proliferam propostas médicas que, inclusive, respaldam as propostas legais sobre o detalhamento do espaço escolar, incluindo-se aí os componentes curriculares. O final deste período é também marcado por uma certa preocupação das elites em relação à educação da população em geral e, portanto, à educação pública.

Um adequado funcionamento da educação pública, entretanto, apresentava sérios problemas para ser viabilizado. Os problemas lamdo incipiente número de escolas públicas existentes, passando pelas precárias condições de seu funcionamento, até à distribuição dos cargos de professor, o que, na maioria dos casos, resultava na indicação de profissionais absolutamente despreparados para a função.

Este conjunto de problemas enfrentados na organização de um ensino público a ser destinado ao povo não colocou em segundo plano a Educação Física. Mesmo neste momento as preocupações em relação a ela se fizeram presentes.

Em 1881, Silva Pontes já se referia em seu *Compêndio de Pedagogia para uso dos alunos da Escola Normal* à necessidade da Educação Física na escola para as crianças oriundas da classe trabalhadora, afirmando que

O professor primário, posto que não tenha os meninos sob sua guarda, senão durante uma parte do dia, deve todavia continuar o trabalho da educação física, que não pode ceder lugar absolutamente à educação intelectual, e antes velar pela preservação da saúde e desenvolvimento do corpo dos meninos, tendo em vista que dos

multos que concorrem à escola a maior parte é destinada a ganhar a vida com o suor do seu rosto em trabalhos que exigem antes de tudo saúde e vigor [Antonio Marcelino Silva Pontes apud C. BRUZZO, 1988, p. 19. Grifos nossos].

Nas afirmações de Silva Pontes sobre a educação do povo, é possível apreender o caráter instrumental da Educação Física, no qual o exercício físico aparece como o antídoto para todos os males, além de ser potencialmente capaz de prevenir e curar doenças... de construir um corpo robusto e saudável, colocando, assim, a responsabilidade da saúde sobre o próprio indivíduo e adestrando-o para os trabalhos manuais (físicos).

Sendo a cidade o lugar privilegiado dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais da nova sociedade brasileira, que tímidamente vai ingressando no modo capitalista de produção, a homogeneização das mentes e dos corpos, bem como a sua adequação a esta nova ordem que privilegia este novo espaço, deviam ser promovidas. A educação, neste sentido, era o meio mais eficaz de promover essa "adequação" e essa homogeneização das mentes e dos corpos. Através dela, particularmente da educação escolar, era possível transmitir ao povo certos valores, como, por exemplo, o da urbanidade, fazendo-o prevalecter, uma vez que o modo urbano de ser e de viver passou a ser o dominante num país quase que exclusivamente rural. No ano de 1872, por exemplo, apenas 10% da população total vivia nas cidades. Mas a cidade e a vida urbana tornaram-se, de fato, o centro de preocupações, de investimentos... o centro de poder. A constituição dessa vida urbana no Brasil vai se dando, num primeiro momento, conforme observa Ianni "no espírito e no interior da formação social escravista" (1988, p. 41).

Lenta e progressivamente, entretanto, vão surgindo nas cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Recife e outras, interesses distintos, autônomos e divergentes daqueles hegemônicos no escravismo, e uma classe dirigente mais moderna, mais "preparada" para viabilizar no Brasil uma nova ordem social capitalista, dando continuidade aos interesses externos e internos.

9. A esse respeito ver Marinho, s.d.-b. e Cantarino Filho, 1982.

Essa nova classe dirigente procurou atacar os problemas com os quais se defrontava a nova sociedade brasileira, entre eles a dificuldade da mão-de-obra, presente não apenas na cidade, mas também no campo. Para solucioná-lo, o Brasil precisava entrar na era do trabalho livre, pago, e quebrar, de uma vez por todas, as amarras do servilismo próprio das relações escravistas.

Mas como viabilizar o trabalho no campo com máquinas mais modernas, com técnicas agrícolas novas e mais produtivas? Como tocar as pequenas fábricas nas cidades? Como, ingressar, efetivamente, nesta era do trabalho livre, numa sociedade constituída por uma população de maioria escrava ou saída do escravismo, uma população desqualificada profissionalmente pelos séculos de exploração do conhecimento a que foi sujeita, uma população analfabeta e servil, em sua maioria?

A solução buscada por esta nova classe dirigente situada geograficamente na Região Sul do Brasil foi, de um lado, a imigração de europeus e, de outro, a educação do povo.

A imigração atendia a duas preocupações básicas desta nova classe no poder: dava conta do trabalho propriamente dito de modo mais "competente" e até certo ponto criativo, e contribuía para aumentar, no Brasil, a população branca, ainda pequena no final do Império.

Povoar este imenso território com trabalhadores europeus alfabetizados, tementes a Deus e, sobretudo, brancos, foi um dos grandes empreendimentos desta nova classe dirigente, muito em-bora, décadas mais tarde, ela própria fosse perceber que esse imigrante europeu branco, idealizado, não trazia somente o que ela desejava. Trazia, também, e principalmente, idéias, idéias revolucionárias, idéias de liberdade e de luta contra a opressão.

Não nos propomos, neste trabalho, a uma discussão detalhada sobre o processo migratório ocorrido no Brasil a partir das últimas décadas do século XIX. Todavia, é preciso situar tal processo como um importante elemento da conjuntura da época e assinalar o seu papel nas transformações da sociedade brasileira.

A imigração contribuiu de modo decisivo para viabilizar no Brasil a construção da nova ordem. Foi, por assim dizer, o motor do capitalismo nascente. Entretanto fez nascer, no pequeno opera-

riado brasileiro, as idéias de liberdade, as idéias revolucionárias, as idéias de luta¹⁰.

O processo migratório é parte constitutiva do grande impulso que ganha a economia do Brasil, a partir de 1870. Em ritmo acelerado, multiplicam-se os empreendimentos comerciais, industriais e, sobretudo, agrícolas, e já é possível observar, com certo vulto, a concentração de capitais.

Este é o período no qual o Brasil também é tecnicamente aparelhado. Estradas de ferro são construídas, a navegação a vapor e a rede telegráfica estendem-se largamente. Também é possível constatar um progresso industrial, particularmente das manufaturas têxteis que se instalam nos locais de maior concentração populacional, ou seja, nos centros urbanos, onde, portanto, é possível encontrar uma mão-de-obra abundante e barata.

Esta mão-de-obra disponível, que habitava os centros urbanos, foi fator determinante de "prosperidade" da incipiente indústria brasileira, contribuindo, de modo decisivo, para a celebração da vitória do capital sobre o trabalho em novas relações de produção.

Os centros urbanos podiam ser considerados o espaço dos empreendimentos modernos e da consolidação da nova ordem capitalista, mas, em contrapartida, enquanto parte constitutiva do mesmo processo, eram a expressão concreta da degradação da vida humana.

Num sistema econômico em que predominava a lavoura, trabalhada por escravos em sua quase maioria, a população urbana que não possuísse ocupação fixa, ou um meio regular de vida, era uma população marginal. Isto porque, para a população livre, mas pobre, não havia lugar num sistema que ainda se reduzia ao binômio "senhor e escravo."

Uma das soluções buscadas pelas elites dirigentes para promover a integração e a incorporação dessas populações marginais ao processo civilizatório imposto pelo capital foi a educação.

Assim, a imigração foi buscada para acelerar o processo civilizatório imposto pelo capital e a educação do povo foi buscada para consolidá-lo.

10. A respeito do processo migratório no Brasil, consultar Manuel Diegues Jr., 1964.

4. EM BUSCA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE DO POVO... OS "OLHARES" SE VOLTAM PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA

Nos últimos anos do Império, a nova classe dirigente, mais identificada com as idéias de progresso e de desenvolvimento, passa a vincular a essas idéias a necessidade de uma educação pública e estatal para o povo, uma vez que a ignorância deste impedia a entrada do país no mundo da modernidade. A eliminação da ignorância do povo, portanto, passava a ser a chave para todos os problemas da nação.

Nos trabalhos de Rui Barbosa, inúmeras são as passagens nas quais ele se refere à ignorância popular como

a mãe da servilidade e da miséria; a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação; o formidável inimigo, o inimigo intestino que se asila nas entranhas do país [Barbosa, 1946, pp. 121-122].

Sua argumentação acerca da difusão da escola em países considerados mais cultos como Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, pautava-se sempre em dados estatísticos, que lhe permitiam tecer em sua obra uma tela de informações que comprovavam e relacionavam instrução com produção, com desenvolvimento moral, com diminuição da delinqüência, "com amor à pátria" e com outras tantas virtudes. Ele afirmava ser a "educação do povo [...] o primeiro elemento de ordem, a mais decisiva condição de superioridade militar e a maior de todas as forças produtoras" (idem, p. 140). Para Rui Barbosa, a educação escolar teria a função do artifício e moldaria, conforme os mais caros ideais de liberdade humana, a grande massa que era constituída pelo povo.

* Rui Barbosa dialoga com um Brasil que reflete de modo marcante os seus três séculos de regime colonial, e vislumbra o nascimento de um incipiente processo de transformação política e econômica que, tendo seu início no Império, acentua-se com a proclamação da República. Em outras palavras, a República seria o próprio "passaporte" para o desenrolar "natural" desse novo processo em curso.

Uma economia urbano-comercial é desenhada, uma elite com idéias "burguesas", européias se projeta: a miséria e a prostituição crescem nas cidades; as doenças e as epidemias, de mãos dadas com a morte, são o cartão de visita dos portos... O capitalismo está nascendo no Brasil.

Mas, com que olhos, intelectuais como Rui Barbosa olham o novo modo de produção? Como pensam eles ser possível viabilizar este novo modo de produção no Brasil? Como seria possível viabilizar uma sociedade nova, capitalista com um povo doente? Com a insalubridade dos portos? Com um enorme contingente populacional impregnado dos valores próprios das relações escravistas de trabalho, desqualificados, portanto, para a indústria nascente? Como falar de urbanidade, asseio, saúde, progresso, desenvolvimento para uma população arrasadoramente analfabeta, aprisionada pelo misticismo?

É neste quadro que a idéia de educação como instrumento capaz de transformar o país se faz presente de modo marcante no pensamento das elites identificadas com o novo. E Rui Barbosa é um de seus porta-vozes mais expressivos.

• Todavia, em Rui Barbosa, como representante das elites, a idéia da educação como algo capaz de transformar a sociedade caótica que se mostra aos seus olhos, não aparece sozinha. Juntamente com ela e, principalmente, por meio dela, surge a idéia da saúde e de como ser saudável. Para alcançar este "ser" saudável seria necessário recorrer à Higiene e, sobretudo, acentuar a sua importância na escola.

Higiene e educação juntas poderiam mudar a face do país, promover o seu desenvolvimento, viabilizar o progresso. Higiene e educação passam a ser os remédios adequados para "curar" as doenças do povo e do país. Dessa união bem conduzida nasceria um outro Brasil.

A elite dirigente, da qual Rui Barbosa é representante, passa a acentuar a importância da saúde e da educação, e a pensá-las juntamente com toda a sociedade a partir de um processo de importação de teorias oriundas dos países centrais.

Essas teorias passam a instrumentalizar as diferentes práticas sociais, entre elas a educação e a saúde, através de uma ruptura

com o contexto de origem e uma adequação/adaptação aos padrões de desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil.

É importante frisar que não há, por parte da elite brasileira, uma assimilação distraída, indiferenciada ou simplesmente imitativa das teorias sociais que se encontram plenamente desenvolvidas na Europa do século XIX, sobre as quais tratamos brevemente no primeiro capítulo deste trabalho. O que existe é uma assimilação seletiva e até hierarquizada de apropriação/difusão do ideário europeu pela elite brasileira mais identificada com o novo.

Nesse quadro de assimilação seletiva e hierarquizada do ideário europeu, o liberalismo compõe o pano de fundo, já que representa a própria visão de mundo da burguesia. Esta, por sua vez, é traduzida por diferentes correntes, tais como o positivismo, evolucionismo, organicismo, correntes que, em diferentes momentos, tiveram maior ou menor espaço na construção da sociedade brasileira¹¹.

As metáforas organicistas pontuam o pensamento de estadistas, pedagogos, literatos, juristas, cientistas, médicos, e o positivismo comteano confere, na exata medida, a idéia de uma realidade absolutamente externa ao observador. Ao mesmo tempo, o evolucionismo mais grosseiro respalda a idéia da concorrência, da competição e da vitória do mais forte, do mais saudável, daquele que, seria mais adequado ao progresso e à nova ordem.

A educação e a saúde, como práticas sociais, foram fortemente influenciadas por estas correntes de pensamento e receberam funções muito particulares e importantes no processo de transição da sociedade brasileira no final do Império.

Para nossos estudos e nos limites deste trabalho, destacamos um conteúdo que, na ótica da elite dirigente e fortemente defendido por Rui Barbosa, viria a se constituir na síntese perfeita das duas práticas sociais apontadas e na consecução dos objetivos propostos. Estamos nos referindo à Educação Física, que, ministrada nas

escolas, contribuiria para forjar o indivíduo forte, robusto, saudável e disciplinado de que tanto carecia a nova sociedade brasileira em formação.

Era dever primário, como bem diz Rui Barbosa, da existência humana "cuidar do corpo", "da saúde", e a ginástica seria o elemento capaz de promover a saúde através do "saudável" exercitar dos músculos, atividade esta que deveria tornar-se hábito. Portanto, a ginástica não poderia ficar fora da escola, também alertava Rui Barbosa, afirmando ser a sua obrigatoriedade universalmente aceita. Uma educação popular que não incluísse a ginástica seria considerada indigna desse nome, porque a ginástica deveria acompanhar todo o ensino e plantar no homem o sentimento de sua necessidade, assim como "do pudor, da urbanidade e do asseio" (Barbosa, 1942, p. 174).

A Educação Física no Brasil, em suas primeiras tentativas para compor o universo escolar, surge como promotora da saúde física, da higiene física e mental, da educação moral e da regeneração ou reconstrução das raças.

Higiene, raça e moral pontuam as propostas pedagógicas e legais que contemplam a Educação Física, e as funções a serem por ela desempenhadas não poderiam ser outras senão as higiénicas, eugénicas e morais.

A argumentação utilizada por Rui Barbosa para justificar o ingresso da Educação Física no universo escolar traduz com muita propriedade as funções apontadas, evidenciando o viés médico higienista presente no ideário dos estadistas brasileiros.

Rui Barbosa observa que

a ginástica, além de ser o regimen fundamental para a reconstrução de um povo cuja virilidade se depauperara e desaparece de dia em dia a olhos vistos, é ao mesmo tempo, um exercicio eminentemente, insuperavelmente moralizador, um germen de ordem e um vigoroso alimento da liberdade. Dando à criança uma presença erecta e varonil, passo firme e regular, precisão e rapidez de movimentos, prontidão no obedecer, asseio no vestuário e no corpo, assentamos insensivelmente a base de hábitos morais, relacionando pelo modo mais intimo com o conforto pessoal e a felicidade da

11. Para maior compreensão sobre as teorias que embasaram o pensamento das elites brasileiras consultar B. Lamounier, "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação", em *História Geral da Civilização Brasileira*, 1978, vol. 3, cap. 10.

futura família, damos lições práticas de moral talvez mais poderosas do que os preceitos inculcados verbalmente [Barbosa, 1946, p. 98].

Como podemos observar, para o autor, os "benefícios" que se podia auferir da ginástica eram inúmeros e, decididamente, de enorme importância para a "educação" não apenas "física" do povo brasileiro, mas para a sua "educação plena", ou seja, moral e intelectual.

Das inúmeras reformas do ensino que buscaram incorporar a ginástica nos currículos escolares, reformas estas que faziam parte do universo de informações de Rui Barbosa, é preciso destacar o decreto n. 7.247 de 19 de abril de 1879. Este decreto, ou esta reforma do ensino assinada por Carlos Leôncio de Carvalho, trazia já em sua grade curricular o espaço obrigatório para o ensino da ginástica nas escolas primárias e secundárias do município da Corte¹².

* A orientação de obrigatoriedade para o ensino da ginástica será seguida por Rui Barbosa em sua argumentação sempre eloqüente acerca do exercício físico e da sua efetiva integração aos currículos escolares.

Em seu parecer de n. 224 sobre a Reforma Leôncio de Carvalho, sob o título "Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública", proferido na sessão da Câmara dos Deputados em 2 de setembro de 1882, Rui Barbosa assim sintetiza o conjunto de medidas que considerava necessárias para que a ginástica se integre aos currículos escolares:

1º - Instituição de uma secção especial de ginástica em cada escola normal.

12. Decreto n. 7.247 de 19 de abril de 1879. Reforma do ensino primário e secundário do município da Corte e o superior em todo o Império. "Art. 4º...] O ensino nas escolas primárias de 1º grau do município da Corte constará das seguintes disciplinas: Instrução moral, Instrução religiosa, Lettura, Escrita, Noções de cousas, Noções essenciais de gramática, Princípios elementares de aritmética, Sistema legal de pesos e medidas, noções de história e geografia do Brasil, Elementos de desenho linear, Rudimentos de música, com exercícios de solfejo e canto. *Ginástica*, Costura simples para meninas", apud Barbosa, 1942, p. 276.

2º - Extensão obrigatória da ginástica a ambos os sexos na formação do professorado e nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à mulher a harmonia das formas feminis e as exigências da maternidade futura.

3º - Inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo, em horas distintas das do recreio, e depois das aulas.

4º - Equiparação, em categorias e autoridade, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas [idem, grifos nossos].

Essa síntese clara e objetiva evidencia o seu caráter obrigatório, distingue-a das horas de recreio, confere aos professores dessa matéria igualdade aos demais que compõem o universo escolar e estende a ginástica a ambos os sexos, preservando, porém, para a mulher, as "funções" a serem por ela desempenhadas na sociedade - as de "mulher/mãe", de reprodutora dos filhos da pátria. A ginástica destinada à mulher deveria, então, acentuar as suas formas feminis e, desse modo, compor o ideário burguês sobre as diferenças da mulher em relação ao homem.

Os elementos apontados por Rui Barbosa expressam as preocupações da elite brasileira com a regeneração da raça, com a criação e com a saúde física de homens e mulheres, entendidos como soldados da pátria. A Educação Física no âmbito destas preocupações surge como instrumento ideal para forjar indivíduos saudáveis e úteis para ocupar funções específicas na produção. Expressam, ainda, o acentuado interesse do capital na preservação da força de trabalho através de discursos e práticas que definem papéis e funções a serem desempenhados por homens e mulheres.

Profundamente moralistas, as idéias sobre os "benefícios" da ginástica são oriundas do pensamento médico higienista e de uma visão medicalizada da sociedade. Este pensamento normativo, disciplinador e moral teve papel determinante nas primeiras sistematizações sobre a ginástica... sobre a "educação física" dos indivíduos, e Rui Barbosa o captou de modo surpreendente, procurando ampliar-lhe o espaço, disseminando-o, por assim dizer.

Considerando fundamental a voz dos médicos, dos anatomistas e dos fisiologistas para o desenvolvimento da ginástica, Rui Barbosa reitera em sua argumentação a importância destes profissio-

nais nas primeiras sistematizações sobre a ginástica ocorridas na Europa após a Revolução Burguesa. Refere-se aos trabalhos desenvolvidos por Ling, na Suécia, e Spiess, na Alemanha, destacando os importantes estudos anatómicos e fisiológicos realizados nesses países para o desenvolvimento "científico" da ginástica. Rui Barbosa faz alusão especial ao diploma de "médico ginasta", que é conferido àqueles que passam pela Real Academia de Ginástica de Estocolmo. Quanto à Alemanha, observa que neste país

a medicina tem feito uma acertada aplicação da ginástica às idéias da higiene e da terapêutica, tem indicado os meios mais convenientes de fortalecer todos os órgãos, aumentar a energia das propriedades vitais, e, guiados pelos conselhos dela, os ginastas, imitaram exercícios acomodados ao fim de imprimir uma ação especial a cada uma das partes do corpo, principiando pelos mais simples movimentos, até ir, suave e progressivamente aos mais compostos [Barbosa, 1942, p. 77].

Esta ginástica funcional e fragmentada, atravessada pelo viés médico higienista, constitui um elemento a mais no conjunto de normas morais e disciplinadoras. Ela foi expressão da sociedade na qual foi gerada, e Rui Barbosa soube captar sua singularidade e importância na construção da ordem, conferindo-lhe cientificidade, e neste sentido, *status*. A "ginástica científica", respaldada nas ciências biológicas e recomendada mundialmente por médicos, reforçava o reducionismo biológico presente na sociedade, transformando-se em importante canal de veiculação da moral burguesa através de um exacerbado cuidado higiênico com o corpo.

E Rui Barbosa teve habilidade, diplomacia e "competência" para transformar a ginástica, esta mágica divina, em conteúdo de ensino integrado aos currículos escolares. Procurou sempre, em nome do novo, do moderno, do científico, colocar a ginástica como potencialmente capaz de, em si mesma, desenvolver corpos saudáveis em meio à miséria física e social do povo, em meio a doenças, epidemias e morte.

Sendo porta-voz de uma determinada facção da elite brasileira, aquela identificada com o capitalismo nascente, muito mais vi-

gorosa e em expansão do que aquela identificada ainda com o escravismo. Rui Barbosa se faz presente nos embates travados por estas facções do poder. Percebe a necessidade de uma transformação na sociedade que pudesse viabilizar o capitalismo industrial e as novas forças produtivas em expansão. Daí sua preocupação com a educação e com a saúde do povo e, particularmente, com a educação física do trabalhador e da mulher/mãe.

Rui Barbosa participa ativamente de um momento da sociedade brasileira, as últimas duas décadas do século XIX, no qual delimitam-se de modo mais acentuado os contornos para que novas relações políticas e um novo regime de governo, finalmente, concretizem-se.

5. PENSAMENTO MÉDICO HIGIENISTA E EDUCAÇÃO FÍSICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O REFORÇO "CIENTÍFICO" A UM INSTRUMENTO DA ORDEM

As incompatibilidades existentes no interior da elite brasileira, claramente dividida entre uma formação social capitalista e uma formação social escravista, acentuam-se no final do Império. As tensões resultantes dessas incompatibilidades passam, conseqüentemente, a refletir-se nos aparelhos de Estado, e novas relações políticas, um novo regime de governo, tornam-se necessários para "administrar" as tensões, assim como para concretizar o tipo de desenvolvimento desencadeado no Brasil nos últimos anos de Império. O advento da República, liderado por uma elite declaradamente liberal, burguesa e, portanto, capitalista, nada mais foi do que um novo estímulo às atividades econômicas brasileiras.

Embora difícil de ser avaliada, a proclamação do novo regime teve grande impacto sobre as mentalidades. Ela foi para as elites como que um sinônimo de libertação de idéias, de sentimentos, atitudes, e, sobretudo, mudança. Essa mudança pode ser sentida de modo mais acentuado no que se refere aos padrões de moral e honestidade.

José Murilo de Carvalho, analisando este momento da história brasileira, observa que

se deu uma vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante. Desabrochou o espírito aquisitivo solto de qual-quer peia de valores éticos, ou mesmo de cálculo racional que ganhasse a sustentação do lucro a médio prazo. Era um capitalismo predatório, fruto típico do espírito bandeirante [CARVALHO, 1987, pp. 26-27].

Um regime assim, se, por um lado, "desenvolve" a sociedade brasileira, iniciando, ainda que tardiamente, a sua integração ao capitalismo mundial, por outro, e como face do mesmo processo, acentua a miséria, degrada a vida e destrói os laços mais singelos e ternos que unem os indivíduos, atirando-os desde muito cedo a um tipo de trabalho degradante e mal pago.

Como testemunho da miséria do povo estão os altos índices de doenças e de mortalidade nas primeiras duas décadas da República.

Gerson Zanetta de Lima afirma que

moria-se de uma infinidade de pragas naquela época e o interior não se diferenciava muito das capitais, quanto à variedade. A varíola, a febre amarela, a malária, a tuberculose e a lepra eram doenças comuns [...] A concentração urbana facilitava a disseminação dessas doenças [...] [e de outras] menos comentadas na literatura a respeito da situação de saúde da época. [tais como] o sarampo, a coqueluche a difteria, o tétano, a poliomielite, as diarreias infantis, a desnutrição e o parto que também faziam inúmeras vítimas sendo que a tradução geral do quadro era uma elevada mortalidade de geral, uma altíssima mortalidade infantil, da ordem de trezentos a quatrocentos por mil, e uma baixa expectativa de vida ao nascer [LIMA, 1985, pp. 89-90].

Este quadro, se mantido por um longo tempo, poderia ameaçar as forças produtivas da nação, impedindo, pelas doenças e mortes, a reprodução da força de trabalho necessária à reprodução do capital e à efetiva implantação do novo regime.

É no contexto republicano, portanto, que podemos situar com maior ênfase o discurso médico higienista e os seus pressupostos

de moralidade sanitária, discurso apropriado e difundido por pedagogos e estadistas, tais como Rui Barbosa.

Se este discurso acompanha e de certo modo dirige a sociedade brasileira durante todo o Império, conforme observamos neste capítulo, particularmente no que diz respeito à educação das elites, é com o advento da República que será colocado em prática através de ações intervencionistas apoiadas pelo Estado, com o objetivo de, em nome da saúde, manter a ordem, ampliando para o conjunto da população a determinação de normas para conseguir uma vida saudável, e o "pleno funcionamento da sociedade". Isto porque é com a República que os médicos começam a assumir cargos e a se imiscuir na vida administrativa do país.

Com uma formação europeia (francesa), de acentuado caráter científico, dado particularmente pela revolução bacteriológica, desenvolvida a partir dos estudos de Pasteur, os médicos higienistas, de fato, mostraram-se eficientes no combate a algumas doenças e, especialmente, aos efeitos perversos das epidemias, estas bem mais freqüentes e arrasadoras no âmbito das cidades, centro de poder decisório da nova sociedade brasileira.

Não é, portanto, por acaso que os médicos higienistas elegem a cidade, este lugar contraditório de riqueza e miséria, como um dos alvos principais de seu controle, objeto de meticulosa intervenção higiênica. Quanto ao meio rural, o campo, embora apresentasse os mesmos problemas de saúde encontrados nas cidades e as mesmas taxas de mortalidade, não foi objeto de preocupação e intervenção da medicina social em sua vertente higienista, a qual se mostrou intimamente ligada ao urbano, mencionando a zona rural.

apenas para louvar a pureza de suas condições atmosféricas quando comparadas com a das cidades, as suas belezas naturais, a sua paz. A cidade ao contrário é uma fonte de desordem, de doenças, e é por isso que deve ser o objeto privilegiado da ação médica [NOVAS, 1979, p. 38].

Esta ação médica, que será implementada pela higiene, irá justificar todas as grandes transformações das cidades como uma questão de saúde uma vez que, neste momento, a higiene passa a

fazer parte das "Ciências Sociais, [e integral] sua lógica à Estatística, à Geografia, à Demografia, à Topografia, [orna-se] instrumento de planejamento urbano" (COSTA, 1984, p. 47).

As medidas sanitárias a serem tomadas objetivavam, portanto, implementar estratégias de controle higiênico das cidades e alterar radicalmente a sua estrutura urbana, bem como o modo de vida de seus habitantes.

As medidas tomadas, tais como canalização de rios, instalação de esgotos, controle e tratamento de águas, vacinação obrigatória, entre outras, não foram exclusivamente fruto da arbitrariedade e autoritarismo do pensamento médico higienista a favor do Estado. Foram medidas que expressaram, de modo inegável, o caráter civilizatório do capitalismo e foram, até certo ponto, benéficas à população, pois contribuíram para o rompimento com idéias e práticas ligadas a um pensamento e a explicações religiosas. Elas faziam parte do projeto burguês de modernidade e civilidade idealizado para o Brasil.

O que é preciso ressaltar neste projeto burguês é o fato de que, para a sua consecução, não bastava apenas controlar racionalmente a saúde, mas também, e principalmente, tornava-se necessário controlar a moral das classes subalternas, conter e domesticar a irracionalidade das paixões populares, modificar o seu modo de vida, a sua habitação, assim como os seus cuidados com o corpo.

Para além deste forte viés moralizador, há que se ressaltar também o significado da higiene pública sob a ótica da produção da força de trabalho e da adequação à nova ordem que se instala sob a égide do capital.

Para Gerson Zanetta de Lima, é possível resumir este significado a um conjunto de medidas de intervenção que se estabelecem sobre o meio, de modo a diminuir sua influência patogênica sobre os corpos. Na evolução das sociedades capitalistas, seu desenvolvimento se dá quando as fortes taxas de morbimortalidade da população ameaçam paralisar o desenvolvimento das forças materiais de produção e, assim, se constituir em uma ameaça à própria existência da classe dirigente [...] são medidas tomadas, portanto, no sentido

de impedir a deterioração da força de trabalho, a mais afetada pela morbimortalidade (LIMA, 1985, p. 47).

Principalmnte nas cidades, locais de grande concentração populacional e mercado por excelência para a incorporação da força de trabalho, as medidas sanitárias foram fundamentais para a sua preservação. A cidade precisava alterar a sua imagem, uma imagem tétrica de causar horror.

O Rio de Janeiro, jovem capital da República podia ser a sintese da imagem da cidade no Brasil republicano, e sobre ela assim se expressava um jornalista da época:

A cidade é um monstro onde as epidemias se albergam dançando sabats magníficos, aldeia melancólica de prédios velhos e acaçapados, a descascar pelos rebocos, vielas sórdidas cheirando mal, exceção feita da que se chama rua do Ouvidor onde [...] o homem do "burro-sem-rabo" cruza o elegante da região tropical, que traz no mês de fevereiro sobrecasaca preta de lá inglesa, e [...] dilui-se em cachoeiras de suor [...] O povo está sem instrução! A indústria desprotegida. Os serviços públicos, de moias perras [...] só o comércio progride, o "honrado comércio desta praça" com o comendador a frente, o quilo de 800 grammas, o metro de 70 cm (EDMUNDO, 1982, p. 21).

Este é o retrato não apenas da cidade, da jovem capital republicana, mas é também o retrato desta nova sociedade que está se construindo, a sociedade do lucro fácil, do negócio grandioso a curto prazo, não importam os meios nem as conseqüências.

A intervenção médico-higiénica que ocorre neste cenário citadino e que expressa, sobretudo, a voracidade do novo regime, não se dará no sentido de alterar as relações sociais ali presentes. Estará voltada exclusivamente para o meio ambiente, que será considerado o responsável direto pela saúde, tanto do corpo individual, como do "corpo social". Assim, sanear o meio ambiente significava para os médicos higienistas (e, portanto, para o Estado), garantir, de fato, a formação de indivíduos fortes, saudáveis e úteis à pátria.

Desse modo, planificar e restaurar meticulosamente o espaço das cidades, higienizar casas, ruas, demolir antigos casarões, rasgar largas avenidas em meio a vielas sombrias, matar insetos atraídos de continuas desinfecções, promover campanhas de vacinação em massa, etc. etc... passam a ser as grandes e redentoras tarefas da higiene pública, tarefas essas que associadas a uma educação higiénica do povo, criariam as condições necessárias e suficientes para a consolidação da ordem. Em nome dessa purificação, dessa assepsia do meio ambiente urbano, o saber e a autoridade médica invadem a intimidade dos lares, destroem os seus valores, suas práticas e desejos e impõem, no seu imaginário, o ideário burguês de civilidade: a ordem, a limpeza, a disciplina, a autoridade, a família, a moral, a propriedade privada...

O ideário colocado em prática pela Higiene separa os corpos, designando para cada um deles lugares específicos na sua casa (na qual deve viver apenas a família, devendo estar fechada aos "outros"), na fábrica, na escola, e na própria cidade onde se vive. Em nome da saúde, fala-se em metros cúbicos de ar, de ventilação e de luz necessários ao espaço da casa e do trabalho e, desse modo, processa-se um rigoroso esquadramento da população trabalhadora exercendo-se, assim, um controle "científico-político" do meio. Impõem-se uma disciplina que pretende adequar o corpo ao trabalho fabril, tornando-o assim mais dócil e submisso sob a ótica do poder e, ao mesmo tempo (e por isso mesmo), mais ágil, forte e robusto sob a ótica da produção como expressão do poder e da ordem. Esta disciplina corporal foi elemento constitutivo da educação higiénica do trabalhador, a qual deveria se dar na escola, caso ele viesse a frequentá-la. E frequentar a escola tornava-se necessário para o tipo de desenvolvimento para o qual se encaminha a jovem sociedade republicana.

A higiene e, como parte dela, a Ginástica ou Educação Física, continuam a integrar as propostas pedagógicas, sendo consideradas em leis e reformas educacionais. Elas se tornaram, desse modo, a expressão concreta dos "cuidados corporais" normatizados pelo pensamento médico-higienista que concede um maior espaço em seus congressos aos temas e teses relativos à Educação Física e, particularmente, a sua importância na escola.

* A Educação Física preconizada pelo pensamento médico-higienista era estruturada em bases fisiológicas e anatómicas, as únicas consideradas "científicas". A partir, portanto, de um entendimento anatomofisiológico do movimento humano, os médicos colocavam o estudo da higiene elementar como complemento preparatório da Educação Física, tornando-a, particularmente na escola, um procedimento higiénico a ser adotado naquela instituição e incorporado como hábito para toda a vida.

O Dr. B. Vieira de Mello em seu livro *A Higiene na Escola*, escrito em 1902, dedica um capítulo especial à ginástica, alertando para a sua importância na escola:

[a ginástica] além de que influe no crescimento e na estética é um excelente meio de educação moral, porquanto forma o caracter, torna o homem corajoso, ensina-lhe a dominar-se e agir rapidamente, se as circunstâncias o exigirem [p. 36].

O hábito da ginástica traria, então, "inestimáveis benefícios" aos indivíduos em todas as idades, sobretudo na juventude. O Dr. Jorge de Souza, em pronunciamento sobre o tema "Da educação física e inspeção médica nas escolas", durante o VI Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizado em São Paulo em 1907, assim se expressa sobre os "inestimáveis benefícios" a serem conseguidos pelos exercícios físicos:

[os] exercícios physicos ao ar livre, tão necessários ao desenvolvimento da musculatura e a oxidação do sangue, tão úteis às crianças e aos adolescentes, que tem imperiosa necessidade de movimento e que, ao contrário, são as mais das vezes condemnados à immobildade, à sedentariedade - quando bem dirigidos, são próprios [...] a desenvolver qualidades de destreza, de agilidade, de ligeireza e de força, preciosas em todas as classes da sociedade, mas indispensáveis aos alunos das escolas primárias, particularmente, destinados às profissões manuaes [Souza, 1907, pp. 136-137].

É possível apreender neste discurso médico a visão funcional que é atribuída à Educação Física na construção da ordem impos-

ta pelo capital, uma vez que os corpos ágeis passavam a ser uma necessidade.

Sobre bases científicas fornecidas exclusivamente pelas ciências biológicas, e fortemente determinados pela hipócrita moral burguesa (da qual compartilharam e ajudaram a construir), os médicos higienistas formularam suas teses sobre a importância do exercício físico na "educação popular", buscando com estas formulações uma adequação dos corpos aos novos padrões exigidos pela sociedade de mercado. Neste sentido, procuraram acentuar a necessidade de sua presença no interior da instituição escolar. Afirmavam, por exemplo, que cada aluno deveria ser examinado por um médico, e que este médico determinaria a natureza dos exercícios aos quais este aluno poderia se entregar¹³. Desse modo, segundo os médicos, seriam evitados os "excessos", os "exageros", e o exercício físico, viria de fato contribuir para o engrandecimento da pátria, à medida que, segundo palavras do Dr. Jorge de Souza, através dos exercícios físicos bem orientados (pelos médicos, é claro), seria possível melhorar e regenerar a nossa raça. Afirmava ele, em 1907, que seria necessário

accentuar, com todo o vigor da mais profunda convicção, que é uma necessidade que se impõem e se resalta à evidência, palpitante e inadiável, a aplicação de uma reforma, no sentido de promover o *melhoramento físico de nossa raça pela graduação regulada dos exercícios corporaes com a supervigilância incessante por parte do médico*. Em nenhum paiz – forçoso é confessal-o – a educação physica é mais necessária do que em nosso, pois talvez em nenhum outro povo se notem signaes tão manifestos de uma precoce degeneração physica, que o vae amesquinhando e que já tem affectado, sem duvida sua virtilidade civil e politica, tornando-o accessivel ao fatalismo absorvente que domina as consciências, à devastadora e perlhaz invasão do scepticismo politico, e vae atrophando as ener-

gias e entibando o sentimento nacional [Souza, 1907, p. 153. Grifos nossos].

Mas, o que determinava este estado de coisas tão bem descrito neste discurso médico? O que determinava esta degeneração física do brasileiro? Quais os elementos objetivos e subjetivos que o tornavam "acessível" ao fatalismo, que afetavam a sua virilidade, que o tornavam descrente de leis, de homens... e de sua própria necessidade de viver? Certamente não era a falta de exercícios físicos ou o simples (des)conhecimento de formas "saúdáveis" de viver.

O que tornava o povo miserável, doente, degenerado física e mentalmente eram as condições de vida e de trabalho impostas pelo capital, e que somente mais tarde, na década de 1920, passam a ser denunciadas pelos médicos em seus relatórios e em seus congressos como ameaça à "saúde" da sociedade e da nova ordem, denúncias que tinham o cuidado de isentar de culpa o Estado brasileiro. Um Estado que não possuía leis de trabalho, ou qualquer dispositivo legal que obrigasse o patrão a efetuar pagamentos de indenização por acidentes de trabalho ou mesmo a simples preocupação de evitar tais acidentes nas fábricas.

Quanto à remuneração, elas variavam de acordo com o patrão, que também estipulava as normas da produção, como por exemplo: qualquer erro cometido pelo operário obrigava-o a pagar multa, o que muitas vezes diminuía sensivelmente seu salário. Sem falar no tratamento disciplinar dos mesmos, muitas vezes submetidos a castigos corporais. Todo esse quadro era controlado pelas forças de repressão, o que vem a ilustrar ironicamente a tese da maioria dos dirigentes de então, de que a questão operária não é questão social e sim questão de polícia... [Luz, 1982, p. 65].

Tais condições de trabalho vividas pelos adultos, nas quais proliferavam formas coercitivas idealizadas e realizadas a partir de um modelo disciplinar dos dominantes, eram também partilhadas pelo trabalhador infantil. Sua jornada de trabalho nunca era inferior a 12 horas diárias, durante as quais executava tarefas das mais nocivas a um desenvolvimento harmonioso.

13. Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, 6, Anuaes, 1907, p. 156. Essa posição defendida pelos médicos será anos mais tarde defendida também por aqueles que pensaram a educação escolar, como é o caso de Fernando de Azevedo.

O caso do trabalho realizado pelas crianças na indústria têxtil é bastante elucidativo de nossas afirmações. No dizer dos industriais, existiam "certos trabalhos que só as crianças podiam fazer"¹⁴; esgurrar-se entre teares em espaços exíguos para recuperar fios ou bolas de algodão, permanecer horas e horas em posições abso- lutamente incômodas e perniciosas ao seu desenvolvimento físico, movimentando-se contínua e cansativamente entre máquinas pe- rigosas respirando focos de algodão e odor de dejetos [Lima, 1985, p. 104].

E, enquanto o trabalhador infantil vivia esta realidade no mun- do do trabalho, os médicos detalhavam o espaço escolar de forma meticulosa, alertando para os problemas advindos de vícios postu- rais, para a necessidade de adequar o mobiliário escolar à anatô- mia infantil para que se pudesse, assim, "prevenir os distúrbios de coluna"¹⁵.

Dizia o Dr. Vieira de Mello que

Ao educador cumpre não só evitar que os alunos adquiram atitudes viciosas, como ainda corrigir as que apresentem. Porque, força é dizer: o grande parte de defeitos físicos observados em escolares tem sua origem no seio da família, onde se permite às crianças escreverem em mesas desproporcionais à sua estatura, quando não sobre cadeiras e outros móveis provavelmente impró- prios e até nocivos [1902, p. 22].

Ocorre que não era exatamente no seio da família, mas no seio da fábrica (mundo do trabalho) que os defeitos e a degeneração fí- sica da infância tinham sua origem e se perpetuavam na vida adul- ta. E, lentamente, então, passa a existir uma percepção por parte da classe operária em formação no Brasil da necessidade de mos- trar tudo isso à sociedade, de responder ao aparato repressivo e sempre violento do Estado, de levantar-se contra as miseráveis condições de vida e de trabalho. A partir dessa percepção, diferen-

tes formas de resistência vão constituindo-se, e uma profusão de manifestações combativas ocorrem alterando o figurino que a so- ciedade oficial - a elite republicana - desenhava para a sociedade brasileira¹⁶.

A revolta da vacina, em 1904, no Rio de Janeiro¹⁷, foi uma mos- tra da resistência do povo a todas as medidas intervencionistas que vinham ocorrendo, a toda espécie de invasão a que estava sujeito seja na privacidade de seus lares, seja na intimidade de seus cor- pos. A vacina obrigatória era o elemento que se colocava concreta- mente como objeto possível de revolta, e revoltar-se significava re- sistir, resgatar o seu próprio espaço de vida, a sua dignidade perdida. Significava resistir ao modelo disciplinar/higiénico imposto pelas classes dominantes.

Essa resistência popular foi um dos fatores que contribuiu decisivamente para que, pouco a pouco, o modelo disciplinar ado- tado pelo Estado fosse alterando seus contornos e mudando sua direção. Neste quadro de alteração de práticas e discursos, os mé- dicos, alarmados com os altos índices de mortalidade infantil e aten- tos aos interesses do Estado, passam a alertar as autoridades so- bre a necessidade de cuidar da infância e de "educá-la".

O Dr. Moncorvo Filho, um dos mais ilustres representantes do pensamento médico voltado à proteção da infância, chamava a aten- ção das autoridades afirmando que "os pequeninos de hoje serão os grandes de amanhã, é nela [infância] que ponho as esperanças de grandeza atual do regime pela regeneração da pátria [apud Rago, 1985, p. 120].

Essa mudança de direção que assumem os médicos higienis- tas em seu discurso e sua prática, voltando-se aos "cuidados com a infância" e com a educação higiénica do povo, traduz-se em dife- rentes formas de intervenção na sociedade, as quais passam a ser implementadas ao longo da década de 1920.

Não são mais formas violentas, coercitivas. Agora são formas sutis, "educativas". Através delas os médicos denunciavam as condi-

14. Estas palavras foram pronunciadas pelo médico e Industrial Jorge Street apud Gerson Zanetta de Lima, 1985, p. 104.
15. *Ibidem*, ver também Bruzzo, 1988.

16. Sobre a resistência da classe operária em formação no Brasil, consultar Aziz Sinao, 1966; Paulo Sérgio Pinheiro & M. Hall, 1979; Ricardo Antunes, 1982.
17. Sobre o assunto, consultar Nicolau Sevcenko, 1984.

ções de trabalho na indústria e passam a fazer propostas sobre medidas higiênicas a serem tomadas para o bom funcionamento das fábricas, das escolas e dos locais públicos em geral. Assim, recomendam a ginástica para toda a população e responsabilizam os empresários pelo estado de degeneração física e moral da classe operária, evidenciando, de modo cuidadoso, o descaso do governo para com o estado de miséria do povo. Neste quadro não deixam de fazer referência "à má educação do operário que não tem orientadores sinceros e inteligentes nas suas reivindicações" (idem, pp. 41-42).

Estes sinceros orientadores seriam, evidentemente, os médicos, uma vez que eles, mais do que ninguém, sabiam o que era mais adequado ao povo, da criança ao adulto, sem distinção. Suas ações, portanto, não deveriam mais recair somente sobre os focos de contágio e contaminação, elas deveriam recair sobre toda a população e toda a sociedade.

O campo de atuação dos médicos sanitaristas redefine-se neste período sob a influência da escola norte-americana, cujo representante no Brasil é o médico sanitarista Geraldo Horácio de Paula Souza, que reorganiza o Serviço Sanitário de São Paulo, tecendo críticas ao trabalho autoritário desenvolvido até então por Emílio Ribas, substituindo as campanhas obrigatórias de vacinas e desinfecções do meio por um trabalho de constante e meticulosa educação dos indivíduos. Segundo Emerson E. Merhy a concepção que Paula Souza tem de saúde pública é aquela que afirma ser a higienização do meio e a aquisição da consciência sanitária por parte dos indivíduos, elementos suficientes para que ninguém adoça¹⁸.

O período em que ganham espaço as ideias de Paula Souza é aquele no qual ocorrem grandes debates em torno da saúde, da doença e da educação do povo. Pelo lado da saúde este é o momento da realização dos Congressos Brasileiros de Higiene organizados pela Sociedade Brasileira de Higiene¹⁹, instituição da sociedade ci-

vil que reunia, no momento de sua criação, os principais nomes da Higiene e Saúde Pública do país. Os seus quadros eram formados por funcionários públicos, em sua maioria pertencentes ao Departamento de Saúde Pública, ou a órgãos e instituições de Saúde Pública em vários estados da federação.

Pelo lado da educação este é o momento no qual tem início a assimilação de um novo referencial, oriundo do que se chamou a Escola Nova²⁰, que terá na Associação Brasileira de Educação (ABE) um importante canal de veiculação deste ideário.

A ABE, criada em 1924 no Rio de Janeiro e reunindo educadores, médicos, advogados, engenheiros e outros profissionais, buscava aglutinar os esforços de todos aqueles que acreditavam ser possível transformar o país pela educação, promovendo através de campanhas educacionais uma reforma na mentalidade das elites, "convencendo-as da necessidade de regenerar, pela educação, as populações brasileiras, moldando-as como povo saudável e produtivo", e divulgando, assim, um novo ideário educacional (CARVALHO, 1989, p. 55). Assim como outras organizações cívico-nacionalistas, a ABE se constituiu em espaço onde diferentes dispositivos de controle, regulação e produção do cotidiano das populações pobres foram forjados. Elucidativo de nossa afirmação é o conteúdo que se depende de suas Conferências Nacionais, semanas de Educação, palestras e festividades, nas quais são cultuados "signos de autoridade e hierarquia e ritualizados no espetáculo cívico, modelos de comportamento exemplar (idem, pp. 78-79).

A ABE, bem como a Sociedade Brasileira de Higiene, teve a "formação de hábitos saudáveis" como objeto de preocupações e atenções especiais, e a saúde não só foi um dos

temas preferidos das preleções cívicas nas festividades, como também objeto de celebração em inúmeras competições esportivas ofe-

18. Ver *O capitalismo e a saúde pública*, de Merhy, 1987.

19. A Sociedade Brasileira de Higiene (SBH), fundada em 1923, permaneceu sempre uma instituição da sociedade civil, embora seus laços com o aparelho estatal, sobretudo os aparelhos de saúde pública tenham sido [...] intensos [...] [As] pretensões da S. B. H., [...] não se resumem apenas em se constituir num espaço de discussão e de catalisação dos agentes envolvidos com a higiene. Bem

maiores parecem as pretensões da S. B. H., e claramente, através da Higiene e da Saúde Pública, exercer maior controle sobre o conjunto da sociedade [...].", Luz, 1982, pp. 174-175.

20. Sobre o assunto remeto o leitor aos trabalhos de Jorge Nagle, 1978; Vanilda Paiva, 1973; Maria M. C. de Carvalho, 1989; Anísio Teixeira, 1977; Manuel Bergstrom Lourenço Filho, 1978; Raquel Gandini, 1979.

recidas em espetáculos como modelos exemplares de comportamento. O esporte e a vida saudável simbolizavam a energia, o vigor, a força, a prosperidade, signos de progresso inscritos no corpo que conhece o movimento adequadamente útil para cada ato [idem, *ibidem*].

Nesse novo modelo de educação que estava sendo assimilado,

[a] prática educativa, articulando-se com a prática de saúde, não apenas incorporou no currículo escolanovista certas disciplinas, mas concedeu-lhes também prioridade. É o caso das noções de higiene, dos trabalhos manuais e da educação física. Através do domínio de certas técnicas corporais, implícitas nestas disciplinas, buscava-se formar um comportamento adequado do ponto de vista bio-psico-social. Todas elas veiculam certas representações que a sociedade fazia de si mesma, como o aperfeiçoamento da raça e o sentimento nacionalista [...].

A Escola Nova introduzia uma nova construção social do corpo, multiplicada a partir de então no estereótipo da "regeneração da raça". O corpo deveria tornar-se saudável, isto é, manipulável, hábil, multiplicador de forças e, ao mesmo tempo, exteriorizar as qualidades psicológicas interiorizadas pelo domínio das técnicas corporais: a capacidade de previsão e de treinamento da vontade [NUNES, 1984, p. 543].

Este ideário educacional, fortemente influenciado pelo pensamento médico higienista, é amplamente veiculado e debatido em seus congressos. Médicos e pedagogos em perfeita harmonia e identidade conceitual buscam viabilizar, na prática, suas crenças na transformação social através da educação, este poderoso (e único) instrumento por eles considerado capaz de formar, desde a infância, os hábitos de vida saudável, o amor ao trabalho, à ordem e à disciplina.

Os Congressos Brasileiros de Hygiene, realizados ao longo da década de 1920 pela Sociedade Brasileira de Hygiene, são testemunhos da preocupação médica com a educação escolar e da importância que lhe atribuem na construção da ordem.

* Naqueles congressos a escola, particularmente a escola primária, aparece como o instrumento mais adequado para viabilizar uma boa educação higiénica (ver CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE, 1923), o que nada mais era do que a aquisição de um sistema de hábitos que, uma vez integrados na vida dos indivíduos viriam favorecer a saúde individual e, ao mesmo tempo, preservar a saúde daqueles que os cercam.

Isto posto, facilmente se deduz que o único aparelho em condições de difundir econômica e eficazmente a educação higiénica é a escola primária por meio do respectivo professor [...] a escola primária constitui o agente fundamental de tão considerável tarefa [idem, p. 819. Grifos nossos].

A escola, então, é vista como o terreno que propicia a implantação de hábitos de viver sadicamente. E é neste conjunto de hábitos saudáveis que compõem o ideário da educação higiénica a ser ministrada na escola – espaço que economicamente poderia disseminar essa educação higiénica para o conjunto da sociedade – que vamos encontrar os exercícios físicos.

O I Congresso Brasileiro de Hygiene, realizado em 1923, dedica um espaço considerável ao exercício físico no conjunto dos temas tratados. O exercício físico figura entre as contribuições que as instituições particulares poderiam oferecer para a educação higiénica do povo. A Associação Cristã de Moços (ACM)²¹ empresta,

21. Segundo Inezil Pena Marinho (s.d.-b, pp. 60-61), a "história das Associações Cristãs de Moços despenda com o trabalho de um clérigo inglês: Georges Williams que, em 1844, organiza um clube religioso ao qual deu o nome de Young Men Christian Association (Y.M.C.A.). Esta organização londrina serviu de modelo para muitas outras que se espalharam pelo mundo inteiro. A primeira associação desse tipo foi organizada em Boston, em 1851. Em 1856, foi proposto à Convenção nacional que as Y.M.C.A. estabeleçam o uso da ginástica e dos banhos. Os primeiros edifícios da Y.M.C.A., equipados para essas exigências, foram construídos em São Francisco, New York e Washington, em 1869. A primeira Associação Cristã de Moços instalada no Brasil, data de 1893, quando foi fundada a do Rio de Janeiro, com orientação norte-americana, primeiro núcleo de Calistenia implantado no país. A.A.C.M. teve papel relevante no desenvolvimento de vários desportos, notadamente do Basquetebol e Voleibol. Dez anos mais tarde, nos mesmos moldes e com idênticas finalidades de suas congêneres no

então, a sua "contribuição" à educação higiénica do povo, apresentando naquele congresso tese específica sobre a educação física.

J.H. Stnns e Oswald M. Rezende, falando pela ACM, reportam-se às "geniais palavras de Rui Barbosa" e ao seu "monumental Pa-recer sobre a instrução primária em 1882", no qual este pensador dedica um capítulo inteiro à educação física. Tendo em mente as recomendações de Rui Barbosa, os dois representantes da ACM afirmam que uma educação baseada em princípios científicos e ministrada aos moços é um importante meio para difundir princípios higiénicos.

As teses sobre Educação Física defendidas pela ACM naquele congresso apresentam as seguintes conclusões: ✓

1° - A educação physica é um meio eficaz de propagar a hygiene e alcançar a saúde.

2° - A educação physica deve ter por escopo desenvolver no individuo o quantum de vigor physico essencial ao equilibrio da vida humana, à felicidade da alma, à preservação da pátria e à dignidade da espécie.

3° - A educação physica, ministrada de accôrdo com um programma scientifico bem organizado, é para a maioria dos humanos, uma necessidade vital, exigida pela vida artificial que caracteriza assim a cidade moderna, como os methodos pelos quaes os homens de hoje ganham os melos de subsistencia.

4° - As aulas de gymnástica e os desportos promovem, assim, o mais essencial para o bom exito na vida - a saúde.

5° - A propaganda higienica pessoal, v.g., no exame physico vestibular, produz os melhores resultados, sendo de se lhe aconselhar a prática a todas as organizações.

6° - Nestes exames physicos, verificam-se as condições precárias dos moços, ignorantes dos mais comensinhos principios de

Rio de Janeiro, é fundada a A.C.M. de São Paulo, que juntamente com o Mackenzie Colledge, constitui poderosa fonte de disseminação da Calistenia [...]. As A.C.M. fundadas em outras cidades, dentre as quais Belo Horizonte e Porto Alegre, continuaram a difundir a Calistenia, que teve o seu periodo áurico apòs a Segunda Guerra Mundial".

hygiene, de postura defeituosa, dentes descuidados e grande porcentagem já infeccionados pelas doenças venerreas.

7° - As conferencias sobre hygiene e educação physica despertam grande interesse e são de grande valor no ensino da prophylaxia individual e social principalmente quando feitas com auxilio do cinematographo²².

As teses e conclusões da ACM apresentadas neste I Congresso Brasileiro de Hygiene, expressam uma concepção de Educação Física como sinônimo de saúde física e moral, forçando uma relação entre exercício físico e saúde e accentuando a idéia de que a "aplicação correta" do exercício físico gera, por si, e de imediato, a tão almejada saúde. Expressam também a confiança dos médicos nos poderes do exercício físico, o que pode ser traduzido por uma visão triunfalista e moralista do exercício físico, entendido como capaz de curar todos os males da sociedade, sejam eles de ordem física, sejam de ordem moral.

Esse poder quase mágico atribuído ao exercício físico figurará nos demais Congressos Brasileiros de Hygiene realizados ao longo da década 1920, variando apenas o seu enfoque ou forma de abordagem. Esta afirmação pode ser constatada através da leitura dos "Annaes do II Congresso Brasileiro de Hygiene" realizado em 1924 na cidade de Belo Horizonte, no qual se enfatizou o caráter técnico das ações higienistas, evidenciando o patriotismo das mesmas, assim como o seu significado para a "melhoria da raça". Foi aí que o binômio Educação Física e Hygiene tornou-se fundamental. O Dr. Amaury Medeiros, em discurso inaugural naquele congresso, assim se expressa sobre o assunto:

Com a visão do Brasil de amanhã urge prover inadivél, à educação nacional no seu triplice aspecto - physico, intelectual e moral - reservando-se à educação higienica função essencial na formação eugénica da raça²³.

22. Congresso Brasileiro de Hygiene, 1923, pp. 21-22. Existem ao todo 10 teses, entretanto transcrevemos apenas aquelas mais diretamente relacionadas com o exercício físico.

23. Congresso Brasileiro de Hygiene, 2., Belo Horizonte, 1924, Annaes, p. 36.

* E a ginástica é parte constitutiva da "educação higiénica", é o seu "complemento necessário" conforme expressão utilizada pelos higienistas, é um complemento que desde o século XIX é prescrito pelos médicos como receita, uma receita que deveria tornar-se hábito e constituir-se em uma "segunda natureza".

O exercício físico, entendido como hábito saudável de vida será amplamente debatido no 3º Congresso Brasileiro de Hygiene, realizado em São Paulo em 1926. Na leitura de seus Anais constatamos que dos doze temas apresentados, o que reuniu um maior número de trabalhos e teses foi o relativo à "Formação de hábitos saudios nas crianças, estudo psicológico e higiénico".

Afirmava o doutor Waldomiro de Oliveira que

Só o hábito pode dar elementos indestrutíveis para a "formação da consciência sanitária". Sem o hábito sadio, não é possível garantir a defesa da saúde da criança e garantir cellula capaz de melhorar a raça de amanhã²⁴.

E para que os bons hábitos sejam, de fato, incorporados é preciso espaço para que possam ser ensinados, portanto,

estender à rede escolar primária por todos os núcleos onde se encontram crianças em idade escolar é obra do mais alto patriotismo e é sólido fundamento da instrução sanitária e da formação de hábitos de hygiene²⁵.

Ainda sobre o mesmo tema, o Dr. Colombo Spinola fala especificamente sobre o "valor da saúde" e accentua a necessidade do exercício físico para a sua manutenção e prevenção.

Sabemos hoje [...] que a saúde pode ser conquistada, bastando para isto nos cingir às suas leis, estudar e conhecer o nosso próprio organismo, contribuindo para mantelo em hygiene, que será

certamente o resultado de uma maneira sadia de viver, isto é, de um repouso sufficiente, e um trabalho methodico, de exercitios moderados ao ar livre, de uma nutrição intelligentemente escolhida e adequada, etc. Realmente esta fora de divida, que o mais precioso capital de um homem é a sua reserva de força e sua perfeita vitalidade²⁶.

Cuidar dessa "reserva de força" e "vitalidade", preservando, então, esse "precioso capital" que é a saúde, passava a ser uma responsabilidade individual e, fundamentalmente, exigia obediência às regras de hygiene ditadas pelos "Serviços Officiais".

Ter saúde seria possível, desde que o individuo possuísse "conhecimentos", que ele fosse "educado higiénicamente".

Os serviços oficiais de hygiene enfatizavam as suas funções de orientação e fiscalização da execução dos "bons preceitos de hygiene", envolvendo professores e auxiliares de ensino na nobre tarefa de formar higiénicamente as crianças. Assim, são estabelecidas normas para os serviços oficiais. Vejamos aqui as principais normas:

O exame physico de cada aluno, pelos menos uma vez por ano, exercitios *physicos diariamente e ao ar livre*, nutrição boa e adequada, repouso sufficiente e trabalho methodico, escolas higienicas e apropriadas [Grifos nossos]²⁷.

Na opinião dos médicos e, por extensão, dos pedagogos, os exercitios físicos ao ar livre tornam-se indispensáveis, pois a "vida escolar" com suas exigências tem agido desfavoravelmente sobre o desenvolvimento das crianças. Assim os médicos aconselham a "ginástica natural", traduzida por "jogos ao ar livre, corridas, saltos, passelos, patinação, natação, remo, etc."²⁸. Quando se referem à "ginástica metódica", sugerem a ginástica sueca de Ling, por responder mais adequadamente aos principios da hygiene.

24. Congresso Brasileiro de Hygiene, 3., São Paulo, 1926, *Annaes*, p. 801.

25. *Idem*, p. 805.

26. Congresso Brasileiro de Hygiene, 3., São Paulo, 1926, *Annaes*, p. 861.

27. Congresso Brasileiro de Hygiene, 3., São Paulo, 1926, *Annaes*, p. 866.

28. *Idem*, p. 868.

Conforme o Dr. Colombo Spinola, "os exercícios físicos de Ling desenvolvem as forças físicas das crianças e dão aos movimentos maior amplitude com a menor força"²⁹.

Um aspecto que deve ser salientado e que figura com frequência nos discursos médicos é aquele relativo aos cuidados para que não se cometam exageros e abusos na "dosagem" dos exercícios físicos. Estes devem ser *prescritos pelo médico*, que saberá fazê-lo adequadamente em função da idade e da constituição de cada criança³⁰.

Entre os cuidados com a saúde destaca-se a Educação Física que tem o médico como tutor do professor que ministrará a matéria na escola pública ou nas instituições particulares. Essa tutela é tal que a promoção funcional dos professores está diretamente ligada aos cuidados por eles destinados à Educação Física, à saúde das crianças e à higiene da classe. Esses são os elementos considerados na sua avaliação, os quais são privativos do médico escolar, conforme previsto no decreto n. 2.008, de 14 de agosto de 1924³¹.

Uma vez mantido o professor sob sua tutela, através de diferentes mecanismos de controle, os médicos higienistas tratarão de buscar formas de controlar e fiscalizar também as crianças e, para isso, criam os chamados Pelotões de Saúde.

Estes Pelotões possuíam estatutos que deviam ser rigorosamente seguidos para a sua organização e constituição, incluindo os deveres que seriam cumpridos diariamente pelos seus membros e registrados em fichas que ficariam sob a guarda da professora. Mensalmente essa ficha, devidamente registrada, seria visada pela diretora da escola, pelo inspetor escolar e pelo médico. Os deveres do Pelotão de Saúde eram os seguintes:

1. Lavel as mãos e o rosto ao acordar.
2. Tomei um banho com água e sabão.
3. Penteel os cabelos e limpel as unhas.
4. Escovel os dentes.
5. Fiz *gymnástica ao ar livre*.

29. Idem, *Ibidem*.

30. Idem, *Ibidem*.

31. Congresso Brasileiro de Hygiene. 3., São Paulo. 1926. *Annaes*, p. 872.

6. Fiz uma evacuação intestinal, lavando depois as mãos com água e sabão.

7. Brinquei mais de meia hora ao ar livre.

8. Tomei um copo de leite.

9. Bebi mais de 3 copos d'água.

10. Fiz respiração profunda ao ar livre.

11. Estive sempre direito, quer de pé quer sentado. Só li e escrevi em boa posição.

12. Só bebi água no meu copo e só limpei os olhos e nariz com o meu lenço.

13. Dormi a noite passada 8 horas, pelo menos, em quarto ventilado.

14. Comi frutas ou hervas bem lavadas. Lavel as mãos antes de comer e mastiguei devagar tudo o que comi.

15. Andei sempre calçado e com roupa limpa.

16. Não bejei nem me deixei beijar.

17. Não cuspi nem escarrei no chão. Ao espirrar ou tossir usei o meu lenço.

18. Não colloquei na bocca, no nariz e nos ouvidos, nem os dedos, nem o lápis nem nada que estivesse sujo ou pudesse machucar-me.

19. Não tomei álcool. Não fumei.

20. Não menti nem brincando [Grifos nossos]³².

Neste conjunto de deveres a serem cumpridos pelas crianças e fiscalizados pelo Pelotão, entre os quais encontramos a ginástica, é possível perceber toda uma disciplina corporal/higiênica cujos novos hábitos vão se enraizando. Em nome da saúde, a higiene consegue incutir uma disciplina corporal na qual figuram os princípios da moral burguesa através das noções de bem e de mal, de certo e errado, contribuindo, assim, para uma aceitação "pacífica" do modo de ser e viver burguês; e a disciplina corporal, através das normas higiênicas, é tratada como a grande responsável pela pátria de amanhã.

32. O detalhamento da constituição de um Pelotão de Saúde, bem como o seu "aparelhamento", pode ser encontrado em Carneiro Leão, Congresso Brasileiro de Hygiene. 3., São Paulo. 1926. *Annaes*, pp. 873-875.

Não pode deixar de ser particular preocupação dos pais e dos educadores a colocação das crianças sob influxo constante da vida ao grande ar, da helioterapia preventiva e da *ginástica moderna* os soberanos e incomparáveis recursos para o mais perfeito e duradouro estado de *hygiène*³³.

* Ao final dos trabalhos do III Congresso Brasileiro de Hygiene, o relator geral do tema "formação de hábitos sadios nas crianças", Dr. J. P. Fontenelle, apresentou um parecer no qual evidencia a evolução da higiene que de "coercitiva" passa a ser "educativa". Neste mesmo parecer acentua a necessidade do *exercício físico* como elemento fundamental da educação higiénica e enquanto hábito saudável, e acentua também o papel da instituição escolar na formação destes hábitos saudáveis. Afirma ele que

[a] escola tem de actuar de varias formas: pelo meio, como possibilidade da execução dos actos sadios (perfeito fornecimento de água, boas installações de latrina, lavatórios convenientemente aparelhados, etc); pelo exemplo da professora instruida em hygiene e educada sanitariamente pela organização dos trabalhos sem attentado aos dogmas da hygiene; e, muito particularmente, pelo esforço ali feito para inculcar bons hábitos de saúde, phystica e psiquica, entre os quais incluídos os exercicios physticos ao ar livre³⁴.

O V e último Congresso Brasileiro de Hygiene³⁵ promovido pela SBH nesta sua primeira fase e realizado no Recife, no ano de 1929,

33. Moncorvo Filho, Congresso Brasileiro de Hygiene, 3, São Paulo, 1926, *Annaes*, p. 908.

34. J. P. Fontenelle, Congresso Brasileiro de Hygiene, 3, São Paulo, 1926, *Annaes*, p. 937. Em 1929, o Dr. Fontenelle publica o livro *Fundamentos fisiológicos da Educação Física*, que demonstra a preocupação e o interesse dos médicos com esta área do conhecimento.

35. Quanto ao IV Congresso Brasileiro de Hygiene, não encontramos em nossa pesquisa registros sobre os trabalhos e temas lá apresentados. Na leitura da pesquisa realizada por M. T. Luz, intitulada *Medicina e Ordem politica Brasileira*, 1982, constatamos a mesma dificuldade da autora que, entretanto, nos traz alguns dados sobre aquele congresso obtidos nos "Archivos de Hygiene". O IV Congresso Brasileiro de Hygiene foi realizado na Bahia, no período de 14 a 20 de janeiro de 1928, e lá foram apresentados 67 trabalhos. Pelas poucas moções

também confere destaque à temática do exercício físico apresentando-o como importante fator eugênico no contexto da educação do povo. O Dr. Waldomiro de Oliveira, debatendo o tema "Problemas de Saúde Pública", refere-se à ginástica como importante fator de higiene pessoal, e aos campos de recreação e esportes como elementos constitutivos de um efetivo saneamento do meio. Em seu pronunciamento, acentua a importância da educação, transcrevendo as idéias do Dr. Miguel Couto – um dos mais eminentes médicos da época – para dar conta desta importante questão nacional.

Sem educação não há superioridade moral, não há Pátria [...] Porque não lançamos nós, pacíficos, de vez em quando, um vasto programa de Educação Nacional, para termos amanhã à Pátria mais bella, dessa beleza moral que irradia a cultura, a mais próspera porque da cultura nasce a ambição, da ambição a atividade, da atividade a riqueza, e desta multiplicada a prosperidade coletiva [...] Eis o que é a saúde da raça, a saúde da Pátria. É a sua cultura [...] no Brasil só há um problema nacional – a educação do povo³⁶.

Estas idéias sobre a educação como fator de regeneração e renovação nacional defendidas pelos médicos, serão incorporadas no discurso de pedagogos e estadistas em torno da bandeira da Escola Nova, movimento de renovação do país pela educação – uma educação física, intelectual e moral.

Ainda sobre a Educação Física, o V Congresso Brasileiro de Hygiene, através do pronunciamento do Dr. Waldomiro, atribui-lhe relevante papel. Afirma este médico que a Educação Física deve ocupar um lugar de evidência e isto se faz necessário uma vez que ela,

que o texto apresenta, percebe-se a importância do combate à peste, à boubá, à luta antivenérea [...] o que sugere a profundidade da situação endêmica e epizootica no país e a necessidade politica de seu controle". M. T. Luz também registra um acentuado debate em torno da idéia de um certo "nacionalismo pátrio" presente na doutrina sanitaria, "mais ligado à 'eugenia', à 'melhoria da raça', reconhecedor da universalidade das 'grandes instituições' [...] entretanto [salienta a autoral, nem as referências aos discursos nem as moções apresentadas nos permitem concluir sobre a natureza das principais lutas em luta neste campo". pp. 182-183.

36. Congresso Brasileiro de Hygiene, 5., Recife, 1929, *Annaes*, p. 133.

racionalmente dirigida, aformosea, fortifica e disciplina o caráter e o corpo, dirige a população para diversões sãs e assim e por tudo isso constitui fonte de profilaxia real³⁷.

Quanto aos parques destinados à prática da Educação Física, afirma o Dr. Waldomiro que eles devem ser

distribuídos pelos núcleos da população, [pois] garantem não só permanente e efetiva atuação, como podem trazer a melhor cooperação nas campanhas sanitárias, pelo atrativo que exercem principalmente sobre as crianças e a mocidade, que para frequentá-los submeter-se-iam facilmente as exigências de assistência sanitária³⁸.

O V Congresso traz ainda as conclusões votadas no II Congresso de Educação, conclusões estas que também tratam da Educação Física, colocando-a a serviço da educação sanitária. Elucidativa de nossa afirmação é a conclusão de número VI, cujo teor transcrevemos:

VI - Para orientar a Educação Sanitária no país, é indispensável que sejam criados institutos de Educação Physica, destinados ao preparo de instrutores técnicos³⁹.

Os profissionais ligados à Educação Física seriam os arautos da saúde, vendedores de força e beleza, robustez e vigor.

A Educação Física, portanto, passa a integrar as propostas discursivas dos médicos higienistas e fica gravada em seus escritos, em seus pronunciamentos e em seus congressos. É veiculada tanto nas propostas de tipo eugênico, quanto naquelas que tomam a hygiene moral e a educação como fundamento da ordem sanitária e, portanto, da ordem estatal.

37. Dr. Waldomiro de Oliveira, 1929, p. 140.

38. Congresso Brasileiro De Hygiene, 5., Recife, 1929, *Annaes*, p. 140.

39. Idem, p. 141.

6. EDUCAÇÃO FÍSICA E EUGENIA: ALGUMAS IDÉIAS DE FERNANDO DE AZEVEDO

A leitura das Actas e Trabalhos apresentadas no I Congresso Brasileiro de Eugenia realizado no Rio de Janeiro, no ano de 1929, permite-nos aprender o destaque dado à Educação Física como fator fundamental na regeneração e revigoração da raça brasileira. Apresentando o tema "Da educação physica como fator eugênico e sua orientação no Brasil", o Dr. Jorge de Moraes registra as seguintes conclusões:

1º - A bem da saúde e desenvolvimento da raça, o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia appella para a classe médica a fim de apoiar a cultura nacional no que diz respeito às bases e orientações científicas da Educação Physica a começar pela escolha do método apropriado aos brasileiros e ao seu clima.

2º - O 1º Congresso Brasileiro de Eugenia inclta o Governo da Republica a que com máxima urgencia:

a) organise Escolas Superiores de Educação Physica para conveniente preparo dos professores indispensáveis à cultura physica nacional.

b) institua o Conselho Superior de Educação Physica Nacional órgão consultivo e orientador do grande problema eugênico.

c) estabeleça da melhor maneira possível a fiscalização especializada do caso em todos os estabelecimentos de ensino, associações desportivas e outros centros de cultura physica.

d) promova o preparo de Gymnastas, e campos apropriados a gymnastica analytica e jogos ao ar livre para uso do povo em geral.

3º - O actual Congresso de Eugenia proporá para suas futuras reuniões theses relativas à Educação Physica do povo brasileiro⁴⁰.

O pensamento médico higienista, em sua vertente eugênica, atravessa o pensamento pedagógico e influencia fortemente a construção e estruturação da Educação Física no Brasil. O pensamento-

40. Congresso Brasileiro de Eugenia, 1., Rio de Janeiro, 1929, *Actas e trabalhos*, p. 320.

to pedagógico representado por intelectuais como Fernando de Azevedo é bastante elucidativo desta afirmação.

Esse pensador brasileiro, autor de vasta obra sobre a educação nas primeiras décadas do século, obra que inclui minucioso e extenso trabalho sobre a Educação Física, manteve estreita relação com o movimento eugenista brasileiro, tendo sido um dos 140 membros da Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada em 15 de janeiro de 1918⁴¹.

Fernando de Azevedo secretariou sessões da entidade⁴², proferiu conferências, e inscreveu-se para tomar parte do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia⁴³ ao qual já nos referimos.

Na conferência proferida na Sociedade Eugênica de São Paulo, Fernando de Azevedo estabelece estreita relação entre Atlético ou Educação Física e Eugenia, considerando a cultura atlética ou Educação Física "um dos problemas mais importantes da eugenia" (Azevedo, 1929, p. 231). Para ele, a eugenia é

a ciência ou disciplina que tem por objetivo o estudo dos fatores que, sob o controle social possam melhorar ou prejudicar mentalmente, as qualidades raciais das gerações futuras; ou por outras palavras, o estudo das medidas sociais, - econômicas, sanitárias e educacionais que influenciam, física e mentalmente, o desenvolvimento das qualidades hereditárias dos indivíduos e, portanto, das gerações [idem, *ibidem*].

Fernando de Azevedo entendia a eugenia como uma ciência capaz de intervir no meio ambiente físico, valendo-se dos avanços

41. Idem, p. 54. Sobre o movimento eugenista no Brasil, consultar Renato Kehl, *Porque sou eugenista*, 1937.

42. "A Sociedade Eugênica de São Paulo promoveu várias conferências de propaganda [...] a) terceira conferência (proferida a 25 de janeiro de 1919) teve como orador o Dr. Fernando de Azevedo, atual diretor geral da Instrução Pública Municipal e se intitulava 'O segredo de Marathona'. O conferencista discorreu brilhantemente sobre a necessidade do desenvolvimento integral do homem a fim de construir uma nacionalidade composta de indivíduos sãos e patriotas". Renato Kehl, "A Eugenia no Brasil", em Congresso Brasileiro de Eugenia, 1.º Rio de Janeiro, *Actas e trabalhos*, 1928, p. 56.

43. As inscrições feitas para participar daquele congresso estão registradas no *Boletim de Eugenia*, 4, 1929.

conseguidos pela engenharia sanitária, para exercer uma ação higiénica, educacional e sexual; através da eugenia via a possibilidade de adoção de medidas que viessem "proteger a procriação contra a degenerescência e pela privação aos reprodutores doentes, dos meios de serem prejudiciais a raça" (idem, *ibidem*).

Sobre esse tema é preciso registrar as idéias do Dr. Renato Kehl, fundador e presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo. Kehl foi grande articulador e incentivador do movimento eugenista no Brasil, divulgando o pensamento eugenico através de um grande número de obras publicadas sobre o assunto e cuja lista de títulos encontra-se no livro *Porque sou eugenista*⁴⁴.

Segundo Kehl, "um povo se estiola e degenera quando, no seu seio, os inferiores têm mais filhos do que os capazes e bem dotados" (1937, p. 35). A única solução para evitar o aprofundamento desse estolamento e degeneração do povo é, para Kehl, a aplicação das leis eugênicas. Afirmava ele ser necessário

restringir a proliferação de infra-homens, de semi-alienados e de dementes, pela higiene do corpo e do espírito [...] [além del fazer com que as pessoas fortes, equilibradas, inteligentes e bonitas, tenham um maior número de filhos, para que o número médio destas pessoas [...] se eleve progressivamente [idem, pp. 21-26].

Num quadro de "planejamento familiar", necessário para a proliferação de "bons exemplares da espécie", é importante registrar a atenção especial que passa a merecer a mulher. Ela deve ser "educada", preparada de modo científico para contribuir para esse processo de regeneração da raça, exercendo de modo competente a sua grande tarefa biossocial: gerar e criar filhos robustos e saudáveis.

44. A relação dos títulos das obras publicadas é a seguinte: *A Fada Hígia*, 1º livro: *Higiene para uso das escolas primárias*, 1925; *Bíblia da saúde (Higiene para todos)*, 1926; *Formulário da beleza*, 1927; *Lições de eugenia* (edição espanhola-Pedagogia sexual); *Sexo e civilização* (política eugênica); *Eugenia e medicina social* (*Problemas da vida*), 1923; *Melhores e prolonguemos a vida* (*A valorização eugênica do homem*), 1924; *A cura da fealdade*, 1923; *Como escolher um bom marido* (*conselho às moças*); *Como escolher uma boa esposa* (*Amor expert-mental*), 1925; *Conduta* (*Lições de ética*), 1934; *Cartilha da higiene*.

Em Fernando de Azevedo a temática da mulher apresenta-se sempre voltada para as questões da maternidade. Em suas palavras: "é preciso ver na menina que desabrocha, a mãe de amanhã; formar fisicamente a mulher de hoje é reformar a geração futura (1960, p. 85).

Essa formação ou educação física da mulher deve abranger os "trabalhos manuais, os jogos infantis, a ginástica educativa e os esportes menos violentos (os quais são) de todo incompatíveis com a delicadeza do organismo das mães" (idem, pp. 82-83).

Como medida eugênica, os exercícios físicos teriam então a função de construir um corpo feminino apto a suportar a nobre tarefa da reprodução.

Assim, tendo a maternidade futura como horizonte para as mulheres, Fernando de Azevedo a elas se refere como as "obreiras da vida" evidenciando a importância de uma cultura física que venha ao organismo feminino e a sua função.

Como exemplo de exercícios físicos e esportes mais adequados à "delicadeza do organismo das mães" cita, entre outros, a natação e a dança. Quanto à dança, evidencia o fato de ela desenvolver também a "gracia", um dos maiores encantos da mulher. As danças afirma Fernando de Azevedo,

feitas de extensões e flexões contínuas [...] farão mais tarde, a mulher de maternidades fáceis e de belos filhos, aumentado-lhe a flexibilidade do tronco, [dando-lhe] como reflexo natural sólidas paredes abdominais e o desenvolvimento completo da bacia pelviana (idem, p. 83).

Essas considerações de Fernando de Azevedo sobre a adequação do exercício físico ao organismo da mulher/mulher-mãe reportam-nos àquelas feitas no final do século por Rui Barbosa que, de modo semelhante, advogava uma Educação Física para a mulher que acentuasse as suas "formas feminis" construindo, desse modo, boas condições físicas para uma maternidade futura.

Em Rui Barbosa também estavam presentes teses eugênicas voltadas à regeneração da raça e a Educação Física da mulher como importante instrumento de educação eugênica.

Como membro da Sociedade Eugênica de São Paulo, Fernando de Azevedo sugere à entidade, voltada à aplicação da eugenia, a necessidade de criar, no Brasil, sociedades de educação física para moças no molde das existentes, já há muito tempo, em países como os Estados Unidos da América⁴⁵. Segundo ele, aquelas sociedades efetuavam a educação da mulher, preparando-a para ocupar o seu lugar na sociedade e desempenhar, a contento, a sua função biossocial, propagando, no interior da família, as idéias eugênicas e higiênicas.

Para os intelectuais da época que acreditavam nos poderes da eugenia, colocava-se a necessidade de sua divulgação e propagação para além do espaço familiar, num outro espaço também homogeneizador - a escola. Isto porque em países como os Estados Unidos tal fato já vinha ocorrendo, conforme atestam eminentes eugenistas brasileiros, tais como o Dr. Renato Kehl.

Fernando de Azevedo é um dos intelectuais que explicita em seu discurso a crença nos poderes da eugenia e, ao mesmo tempo, revela uma preocupação "pedagógica" em traduzi-la para que a sociedade, de um modo geral, a compreenda e possa dimensionar a sua importância.

45. Fernando de Azevedo refere-se aqui às sociedades de educação física para moças existentes nos Estados Unidos, chamadas Camp-Fire. Segundo ele, aquelas sociedades "...tem como um de seus intulos primaciais desenvolver, por meio da higiene e trabalhos de campo, corpos sadios e bem trabalhados, nervos postos à prova para a realização do propósito do amor e do papel bio-educativo que lhes está destinado. Estes objetivos que se relacionam visceralmente com a maternidade, mostram à primeira vista [...] ser a eugenia a base admirável da instituição americana, por cuja iniciação cerca de 50 a 70 mil moças - as chamadas jovens de Camp-Fire - já usufruem os múltiplos benefícios do ambiente higiénico do campo, partilhando o tempo entre os exercícios da bola, remo e natação e estudos práticos sobre a formação e direção do lar, diferenciação entre os efeitos imediatos do meio sobre a mãe e as modificações determinadas pelas circunstâncias do tempo de maneira a poderem, pela robustez do organismo, aprimoramento do caráter e poderem, pela robustez do organismo, a responsabilidade. São estas instituições um dos preciosos frutos em que germinou [...] a ciência do lar, home-science dos ingleses, que tem exatamente por fim utilizar as conquistas nos vários ramos de nossos conhecimentos para obter a mulher, com o mínimo esforço o máximo de predicações físicas crios à órbita que lhe balizaram a natureza e as funções que lhe incumbem" (1960, pp. 86-87).

Afirmava ele ser necessário entender que a eugenia

é também a aplicação enérgica para a conquista da plenitude das forças físicas e morais [...] é o revigoramento do povo por uma sã-política política de educação; de defesa sanitária e de cultura atlética [1960, pp. 231-232].

* A cultura atlética ou Educação Física é entendida por Fernando de Azevedo como medida eugênica e, portanto, como elemento da educação eugênica e higiênica do povo. Há uma afinidade de suas idéias com as teses eugênicas presentes no interior do debate médico higienista nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Ele traduz, também, a identidade de suas idéias com outras propostas discursivas presentes naquele debate que tomam a higiene moral (bons hábitos, bons costumes) assim como a educação, como o fundamento da ordem sanitária. Ou seja, é possível perceber uma determinação das teses médico-higienistas nas formulações de Fernando de Azevedo sobre a Cultura Atlética ou Educação Física. O trecho que segue é elucidativo de nossa afirmação:

uma vez introduzida pela educação nos hábitos do país, a prática [da] cultura física sustentada durante uma larga série de gerações, depuraria nossa gente de diáteses mórbidas, fortificando-a e enriquecendo-a, progressivamente pela criação incessante de indivíduos robustos [...] As gerações de amanhã apuradas por sistema, pela educação física - afinadora da raça e colaboradora do progresso - imprimiriam assim nas que lhes sucedessem, e submetidas ao mesmo tratamento, o cunho de seu caráter, para que pudessem, dentro dos limites do patrimônio biológico hereditário, aperfeiçoar ainda mais a natureza humana [...]

O país que não tem educação física (tomada esta expressão no sentido mais amplo), não poderá jamais erguer seu povo a altura da missão que lhe cabe na construção de uma sociedade nova. O que a tem má, Irregular, empírica, rotineira, contínuo plágio de processos arcaicos ou de rebotelhos senis, não terá senão de arrastar-se para a derrota no áspero caminho em que se chocam as com-petições da era industrial, que é de energia e tenacidade, rigor e precisão [1960, p. 216, grifos nossos].

Atribuindo papel de destaque ao médico nos debates em torno de qualquer problema nacional, particularmente naqueles referentes à educação e à Educação Física, Fernando de Azevedo, assim como Rui Barbosa, em conjunturas específicas, acreditava ser possível viabilizar o progresso e o desenvolvimento do país através de um rígido controle da saúde e de uma ampla campanha de educação do povo, campanha esta que se traduziu no movimento escolanovista. Dedicando especial atenção à Educação Física, Fernando de Azevedo esboça com apurado requinte intelectual uma obra sobre a importância da Educação Física para toda a sociedade e, particularmente, para a instituição escolar.

Neste trabalho, publicado pela primeira vez em 1916⁴⁶, e recebendo complementações e revisões posteriores, sendo reeditado ainda por mais duas vezes, em 1920 e 1960, encontramos um denso referencial baseado nas ciências biológicas como o suporte para o desenvolvimento da Educação Física brasileira.

Nesta obra, Fernando de Azevedo estabelece estreita relação entre Educação Física e Medicina, e, valendo-se das palavras do médico francês Philippe Tissot, afirma que o professor de Educação Física

deve ter quase os mesmos conhecimentos que o higienista, não bastando ser um pedagogo, mas sendo mister que seja um médico, não bastando que a sua competência se estenda aos mais sólidos conhecimentos didáticos, mas importando vitalmente que a sua propedêutica abranja noções seguras de higiene e anátomo-fisiologia [...] porque na sua fórmula precisa [...] a educação física é higiénica e higiénica é medicina [Philip Tissot apud Azevedo, 1960, p. 91].

46. No prefácio da terceira e última edição desta obra, datada de 1960, Fernando de Azevedo assim se expressa: "Quando apareceu este livro, em 1920, era ainda muito jovem e já contava com cinco anos de estudos sobre a educação física com todo o calor dos vinte e um anos, em 1915, propondo e obtendo a criação de uma cadeira de educação física no Ginásio do Estado da Capital de Minas Gerais e disputando-a em concurso como prova pública da importância que atribuía a essa parte, tão menosprezada da educação geral. Referindo-se a esse ruído concurso, escreveu Lindolfo Azevedo em 'O País', do Rio de Janeiro, um belo artigo que, depois de haver apreciado a tese que eu defendera, terminava ele com essas palavras: 'a cadeira não lhe foi dada, mas o livro ficou'" (p. 91).

A partir da definição dos conhecimentos necessários à formação do professor de Educação Física colocada pelo Dr. Tisslé e assumida por Fernando de Azevedo, é possível perceber a determinação e hegemonia dos conhecimentos anatomofisiológicos e higiênicos oriundos do pensamento médico, naquela formação profissional. Este fato é também perceptível em outros momentos da obra de Fernando de Azevedo sobre a Educação Física.

Nossa afirmação pode ser constatada na minuciosa análise que faz o autor citado acerca das escolas ou métodos de ginástica surgidos na Europa do século XIX

Em suas análises sobre as escolas alemã, francesa e sueca⁴⁷, consideradas as primeiras sistematizações científicas sobre o exercício físico, esboçam-se os contornos de uma Educação Física como sinônimo de saúde física e moral, contornos fornecidos pela fisiologia, anatomia, biologia como ciências assim como pelos médicos, biólogos, fisiologistas e anatomistas como profissionais e portadores "legítimos" daquele conhecimento considerado "científico".

Por seu lado, Fernando de Azevedo demonstra profundo conhecimento destas ciências ao discutir a superioridade de uma escola em relação à outra, assim como demonstra também uma estreita vinculação e concordância com as conclusões de médicos, fisiologistas e anatomistas que se dedicavam ao seu estudo.

A aproximação com estes profissionais e a apropriação daquele conhecimento podiam ser justificadas pela "busca de status científico" para a Educação Física, fazendo com que Fernando de Azevedo acentuasse as virtudes das ciências biológicas quando fazia referência às escolas de ginástica.

Esta "busca de status científico" para a Educação Física não pode ser tratada como via de mão única e positiva, em si, porque científica. Se, de um lado, esta busca contribuiu para conferir cre-

ditibilidade e aceitação para a Educação Física, seja no âmbito escolar, seja fora dele, de um outro lançou as bases para a elaboração de uma concepção biológica e médica de Educação Física, tendo, portanto, como objeto de trabalho, um corpo biológico destituído de historicidade.

Neste sentido a argumentação de Fernando de Azevedo sobre a superioridade da ginástica sueca em relação à ginástica alemã e à francesa elucida a nossa reflexão. Tomando por base para a sua argumentação as considerações feitas por anatomistas, fisiologistas e, em especial, pelo médico Tisslé – para quem a superioridade da ginástica sueca em relação às outras deve-se ao fato de estar ela assentada em bases fisiológicas e educativas –, Fernando de Azevedo assim se expressa:

[a ginástica] de Ling, educador e poeta sueco é essencialmente fisiológica; [...] teve uma longa gestação e originou-se de maturadas experiências e do desejo de restituir a saúde ao povo escandinavo [...] [de] educar a juventude escolar, restaurando-lhe as forças, desenvolvendo-lhe o organismo a fim de, antes de tudo, tornar o homem, na frase de Emerson, "um bom animal" [1960, pp. 125-126].

Estes argumentos – próprios a uma concepção anatomofisiológica de Educação Física – pontuam as análises de Fernando de Azevedo sobre as escolas de ginástica, seja para consagrá-las como receitas de saúde, seja para criticá-las como maleficas e prejudiciais ao desenvolvimento "harmonioso" dos indivíduos.

Observando as diferenças existentes entre a ginástica sueca e a alemã, Fernando de Azevedo explica porque a primeira é superior à segunda:

a) [...] a ginástica alemã tende a fortalecer, sobretudo, os músculos dos braços e do peito, descuidando os segmentos inferiores, de cujo desenvolvimento o método de Ling cuida tanto como dos superiores, de acordo com os princípios da estética e da fisiologia;

b) [...] a ginástica de aparelhos (barra fixa, paralelas, trapézio e anéis), desenvolve a musculatura sob a forma de músculos curtos [...] sobretudo os peitorais, atral as omoplatas para diante, preju-

47. Fernando de Azevedo refere-se também a outras manifestações e estudos sobre o exercício físico, assinalando o trabalho desenvolvido pelos ingleses sobre os esportes e pelos americanos sobre a calistenia, voltada para a mulher. Para nossos estudos, delimitamos apenas as suas análises em torno das três grandes escolas, ou seja, aquelas que constituem a gênese do movimento ginástico europeu e mundial.

dicando a amplitude da caixa torácica, ao passo que a sueca, desenvolvendo os músculos sob a forma de músculos compridos [...] com exceção dos fixadores da omoplata contribui admiravelmente para a função respiratória.

c) [...] na ginástica de aparelhos [alemã] predomina o trabalho estático, que anquilosa e tende a imobilizar as articulações, enrijando os músculos em posição determinada, que vai produzir mais tarde os movimentos de contração dinâmica; na ginástica mais tarde os movimentos de contração dinâmica; na ginástica sueca, ao contrário, e nos exercícios de mãos livres em geral (flexão, extensão, rotação, circundação, pronação e supinação), prepondera o trabalho dinâmico, que é o mais vantajoso de todos, porque do mesmo tipo do movimento natural utilizado para os diferentes atos da vida:

d) e, finalmente, porque o sistema de aparelhos, [ginástica alemã] congestionando as epífises ósseas, deforma e abobada o corpo, contribuindo para o abaixamento da estatura, quando a ginástica sueca, longe de ter estes efeitos congestionantes e de desenvolver músculos nodosos, maciços e espessos, que o aparelho alcança, tende, ao contrário, ao desenvolvimento harmônico do corpo e à realização da atitude elegante e esbelta (idem, pp. 128-129).

As vantagens e desvantagens da utilização de uma ou outra escola de ginástica são levantadas a partir de minuciosa análise elaborada com argumentos oriundos das chamadas ciências biológicas. O conhecimento sobre o corpo humano em movimento limita-se à verificação de possibilidades musculares e articulares estando, portanto, reduzido a apenas um de seus aspectos: o biológico.

As análises de Fernando de Azevedo sobre as diferenças existentes entre as escolas de ginástica concentram-se também nas possíveis contribuições das mesmas para o avanço da Educação Física. Neste sentido, procura evidenciar na escola francesa, num primeiro momento, as idéias centrais da obra de seu fundador Amoros por considerá-la bastante completa e por voltar-se para a "renovação" física e viril do povo francês.

A ginástica como fator de regeneração física e viril de um povo aparece, nesta análise inicial, como um dos aspectos relevantes da obra de Amoros. Contudo, no desenvolvimento de sua análise des-

ta obra, Fernando de Azevedo incorpora os conselhos da medicina e sem negar os esforços e as idéias de Amoros em torno do exercício físico como meio moralizador, registra aspectos que sugerem um olhar mais "científico" sobre o exercício físico. É o caso, por exemplo, da utilização de todos os aparelhos de ginástica e de esportes violentos, contra-indicados para os meninos, segundo a medicina. Para complementar estas idéias acerca da ginástica amorosiana Fernando de Azevedo valeu-se dos estudos do fisiologista francês George Demyen, para quem aquela ginástica era excessivamente militar e atlética devendo modificar-se para melhor atender a infância e as mulheres (idem, p. 100).

Estes breves registros das idéias centrais de Fernando de Azevedo acerca das diferenças entre as escolas de ginástica demonstram, sobretudo, o enorme espaço ocupado pelas ciências biológicas, assim como pelas opiniões e conclusões de médicos e fisiologistas em suas considerações.

A importância que assumem estas ciências e estes profissionais no pensamento de Fernando de Azevedo sobre a Educação Física não se restringem exclusivamente às suas análises sobre as escolas de ginástica. Esta importância está na base da concepção de Educação Física que tem o autor, quer no âmbito escolar, quer fora dele.

Conforme preconizavam ilustres pedagogos dos anos de 1920, e Fernando de Azevedo era um deles, a Educação Física na escola deveria ter na fisiologia o seu ponto de apoio, "sua pedra de toque", pois, a partir de um conhecimento seguro desta ciência, poderia ser o professor "o mensageiro feliz e certo [dos] grandes benefícios da ginástica" (idem, p. 188).

A colaboração incessante entre o médico e o professor, especialmente o professor de ginástica, torna-se fundamental para este autor pois

como conhecer o perfeito estado fisiológico da criança, sem a introdução do médico na escola, que é aliás, absolutamente indispensável, não só do ponto de vista higiénico ou profilático, como também sob o ponto de vista educativo? (idem, p. 191).

Percebe-se aqui também a identidade entre o discurso pedagógico e o médico. Os médicos também reivindicaram a necessidade de sua presença no espaço escolar, o caráter indispensável dos seus serviços para o "bom desenvolvimento" do ensino, para a formação dos hábitos sadios nas crianças... etc. E Fernando de Azevedo foi grande defensor dessas reivindicações. Para ele a aula de Educação Física na escola não poderia acontecer sem a presença do médico. A sua concordância com a necessidade do médico na escola, e em especial como orientador dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Educação Física, encontra respaldo nas formulações votadas no Congresso Internacional de Educação Física, reunido em Paris em 1913, as quais transcrevemos:

1° - antes de serem submetidos à educação física todos os meninos e meninas serão examinados pelo médico-inspetor, que os classificará em normais e retardados;

2° - os meninos normais (ou por outra parte, os regulares físicos) serão confiados ao educador físico sob a vigilância efetiva do médico inspetor.

3° - Entre os retardados, aqueles aos quais for recomendável um tratamento clínico serão confiados ao médico especialista cinesioterapeuta [idem, p. 197, grifos nossos].

Estas formulações nos confirmam a idéia de que a Educação Física na escola é para Fernando de Azevedo, uma questão médica e não pedagógica, pois, quem define o conteúdo e "permite" a criança participar ou não de uma aula, é o médico. O professor desempenha um papel secundário, digamos assim, um papel de auxiliar direto, um papel de executor de tarefas pensadas e fiscalizadas pelo médico.

O grande objetivo a ser alcançado através desse mútuo auxílio entre médicos e professores de ginástica (tanto os primeiros deveriam conhecer os métodos de ensino, como os segundos estudariam exaustivamente as ciências biológicas), conforme Fernando de Azevedo, era assegurar com eficácia o melhoramento da raça (idem, p. 199).

O melhoramento da raça, todavia, implicava questões não apenas de ordem biológica, mas também, e principalmente, questões

de ordem moral (bons costumes, bons hábitos, inclusive sexuais), a serem especialmente tratadas na puberdade "período das ilusões perigosas, dos desejos inconfessados e inconfessáveis", conforme afirma Fernando de Azevedo que, assim como Rui Barbosa, percebe a Educação Física como excelente instrumento de educação não apenas física mas, fundamentalmente, moral.

a educação física torna-se uma salvaguarda da moralidade privada sobretudo no momento da puberdade, nesta idade crítica, em que as forças por longo tempo armazenadas fazem, de repente, simular-taneamente, a explosão de uma selva exuberante que tende a concentrar-se sobre os órgãos da geração e que o exercício reparte por todas as partes do corpo humano, destruindo ou prevenindo, pela fadiga dos membros e pela excitação muscular, as perigosas tendências da época pubertária. [...]

Não se fazendo [na puberdade] uma derivação energética pelos esportes e pela ginástica nas horas que o estudo deixa livre, a excitação genital criaria todas as perversões sexuais [idem, pp. 44 e 189].

A partir destas colocações, é possível perceber as razões que levam Fernando de Azevedo a acentuar as ciências em que deve basear-se o professor de ginástica. Ele nos diz que são muitas as ciências, e o professor "não deve atender apenas às exigências da anatomia e da estética, mas também as da fisiologia elementar, da higiene dos exercícios corporais, da análise dos movimentos, da pedagogia e da moral" (idem, p. 151, grifos nossos).

Esse amplo espectro de saber deveria, então, formar um professor que pudesse ser a um só tempo psicólogo e higienista. Reunindo tão amplos conhecimentos, o professor de ginástica poderia, desse modo, observar cientificamente as condições tanto psíquicas quanto físicas de seus alunos. Essas observações não poderiam ser obra do acaso, ou do espontaneísmo. Deveriam ser registradas em uma "folha biológica", cuja finalidade seria aperfeiçoar e corrigir as condições dos educandos que foram observadas.

Os resultados empíricos do número de vezes que uma criança, um adolescente ou um adulto são capazes de executar um determinado exercício - "resultado que a folha biológica registra" - vi-

riam a constituir a referência fundamental para essa Educação Física, referência essa que serviria de paradigma para todo o seu desenvolvimento na escola. E o professor, esse "médico auxiliar", deveria, então, ser alguém capaz de

constatar [...] pelos processos vários de mensurações corporais, os resultados de seu ensino [...] fazer [...] o registro dos benefícios que provieram dos exercícios, e dos inconvenientes que determinaram
idem, p. 911.

Dentro desta concepção biológica de Educação Física baseada na abordagem positivista de ciência e no seu método da observação e comparação de resultados, a formação das séries de alunos para as aulas dessa matéria deveria, também, obedecer a critérios biológicos, ou seja o *critério da equivalência física resultante da idade, do coeficiente de robustez, do índice do perímetro torácico e da conformação constitucional de cada um* (idem, p. 185, grifos nossos).

A idéia de homogeneização das classes escolares a partir de critérios biológicos e psicológicos, critérios esses mensuráveis e comparáveis, não foi exclusivamente da Educação Física. Foi, pelo contrário, o critério adotado na construção de uma outra escola a partir do ideário escolanovista.

A escola, particularmente a escola primária, passou a ser o espaço da homogeneização a partir de resultados obtidos com as fichas médicas, pedagógicas, com os testes psicológicos e de escolaridade. Os resultados deste volumoso número de fichas e testes classificavam as crianças em débeis, inteligentes, retardados, distribuindo-as em lugares e espaços sociais determinados na escola e na sociedade (NUNES, 1984, p. 545).

A Educação Física desenvolvida no âmbito escolar, ou fora dele, acentua as representações que a sociedade tem dos indivíduos, seja do seu corpo – entendido como corpo biológico, a-histórico; seja de sua moral – entendida como amor ao trabalho, à ordem, à disciplina; seja de seu espaço na sociedade – entendido como resultado do esforço individual, da tenacidade, da vontade.

Fruito da biologização e medicalização das práticas sociais, a Educação Física foi estruturada a partir do ideário burguês de ci-

vilidade, significando, de um lado, conquista individual e mágica de saúde física, e de outro, disciplinarização da vontade. Desse modo, constituiu-se em importante instrumento de construção da ordem, uma vez que, como afirma F. Azevedo, "um organismo sadio e de músculos adestrados é de certo mais fácil a moralizar do que uma máquina humana enfraquecida e emperrada" (1960, p. 238).